


Boletim Informativo

2024



Saúde do(a) Trabalhador(a) Migrante



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E POLÍTICAS DE SAÚDE - DAPPS
DIVISÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE**

BOLETIM INFORMATIVO SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A) MIGRANTE

PERFIL PRODUTIVO E EPIDEMIOLÓGICO

**PORTO ALEGRE
2024**

FICHA TÉCNICA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

Secretária de Estado da Saúde

Arita Bergmann

Secretária de Estado da Saúde Adjunta

Ana Lucia Pires Afonso da Costa

Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde

Marilise Fraga de Souza

Divisão de Políticas de Promoção da Equidade

Gabriela Lorenzet

Direção do Centro Estadual de Vigilância em Saúde

Tani Maria Schilling Ranieri Muratori

Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador

Andreia Simoni Gnoatto

AUTORAS(ES)

Cláudio Renato dos Santos Souza

Sandra Zanatta Guerra

Mariana Lemmertz da Silva

Renata Kowaleski Soares

Milena Mantelli Dall`soto

Italo Matheus Leporassi Iora

REVISÃO TÉCNICA

Francyne Silva da Silva

Aline Von Der Goltz Vianna

Luiza Campos Menezes

R585b Rio Grande do Sul. Secretaria da Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. Divisão da Atenção Primária à Saúde. Divisão da Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.

Boletim Informativo Saúde do(a) Trabalhador(a) Migrante [recurso eletrônico]: perfil produtivo e epidemiológico / elaborado por Cláudio Renato dos Santos Souza... [et al.]. - Porto Alegre: ESP, 2024.
47 p.: il., color.

ISBN 978-65-89000-49-5

1. Saúde ocupacional. 2. Migrantes. 3. Perfil de saúde. 3. I. Souza, Cláudio Renato dos Santos. II. Guerra, Sandra Zanatta. III. Dall'soto, Milena Mantelli. IV. Iora, Italo Matheus Leporassi. V. Soares, Renata Kowaleski. VI. Silva, Mariana Lemmert da. VI. Título.

NLM WA 400

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número absoluto de migrantes e país de nascimento segundo SISMIGRA entre 2018 a 2022 (n= 53.062).....	13
Mapa 1 - Distribuição espacial dos migrantes internacionais residentes no Rio Grande do Sul representados por coordenadoria e principais nacionalidades (n= 45.061).....	14
Mapa 2 - Distribuição espacial dos migrantes internacionais residentes no Rio Grande do Sul por município segundo cadastros vinculados até dezembro de 2022 (n= 26.065).....	15
Gráfico 2 - Distribuição percentual do sexo registrado de MRA com residência no Rio Grande do Sul.....	16
Gráfico 3 - Distribuição percentual da faixa-etária registrada de MRA com residência no Rio Grande do Sul (n= 53.062).....	17
Gráfico 4 - Distribuição percentual dos registros de MRA por faixa etária e nacionalidades selecionadas, no Rio Grande do Sul (n= 53.062).....	17
Gráfico 5 - Distribuição percentual de Cadastros Vinculados de MRA por raça/cor no Rio Grande do Sul (n= 26.065).....	18
Gráfico 6 - Distribuição percentual dos registros por categoria de trabalhador e nacionalidades selecionadas no Rio Grande do Sul.....	20
Gráfico 7 - Distribuição percentual dos registros por categoria de trabalhador e sexo no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884).....	21
Gráfico 8 - Distribuição percentual dos registros por categoria de trabalhador e raça/cor no Rio Grande do Sul	22
Gráfico 9 - Distribuição percentual de remuneração de MRA por faixa salarial registrada no Rio Grande do Sul (n= 22884).....	26
Gráfico 10 - Distribuição percentual de MRA por nível de instrução no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884).....	28
Gráfico 11 - Distribuição percentual de MRA por nível de instrução e sexo no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884, sendo 14.920 homens e 7.964 mulheres).....	30

Gráfico 12 - Distribuição percentual de MRA por nível de instrução e faixa salarial no Rio Grande do Sul (n= 22.884).....	31
Gráfico 13 - Número absoluto de usuários MRA, residentes no Rio Grande do Sul, vinculados ao CadÚnico (n= 22.558), por nacionalidade.....	32
Gráfico 14 - Distribuição percentual da representatividade de raça/cor autodeclarada conforme MRA com cadastro no CadÚnico e residência no Rio Grande do Sul.....	33
Gráfico 15 - Distribuição percentual dos registros de MRA vinculados ao CadÚnico por categoria de trabalho informal e nacionalidades selecionadas no Rio Grande do Sul (n= 3.805).....	34
Gráfico 16 - Distribuição do número absoluto de agravos de notificação compulsória de MRA por sexo e ano de registro no Rio Grande do Sul, 2021 a 2023.....	35
Gráfico 17 - Distribuição do número absoluto de agravos de notificação compulsória de MRA por raça/cor e ano de registro no Rio Grande do Sul, 2021 a 2023.....	36
Gráfico 18 - Distribuição do número absoluto de agravos de notificação compulsória de MRA por nacionalidade, no Rio Grande do Sul, entre 2021 e 2023.....	37
Mapa 3 - Distribuição de notificações de agravos de MRA por municípios e macrorregiões do Rio Grande do Sul entre os anos 2021 - 2023.....	39
Mapa 4 - Regionalização dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) no Rio Grande do Sul.....	42
Quadro 1 - CEREST do Rio Grande do Sul com endereço e contato.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número absoluto de MRA residentes no Rio Grande do Sul, com nacionalidade identificada.....	12
Tabela 2 - Frequência absoluta e relativa de registros de MRA por sexo e raça/cor, segundo RAIS/CAGED/CTPS.....	19
Tabela 3 - Distribuição percentual dos registros de MRA por setor econômico segundo raça/cor no Rio Grande do Sul (n= 22.884).....	23
Tabela 4 - Distribuição percentual de MRA por ocupação e faixa etária no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884).....	24
Tabela 5 - Número absoluto de MRA por ocupação e município de residência no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884).....	25
Tabela 6 - Distribuição percentual dos registros de MRA por remuneração segundo raça/cor no Rio Grande do Sul (n= 16.441).....	27
Tabela 7 - Distribuição percentual de faixa salarial de MRA por sexo no Rio Grande do Sul (n= 22,884).....	27
Tabela 8 - Distribuição percentual do nível de instrução de MRA segundo raça/cor no Rio Grande do Sul, 2023.....	29
Tabela 9 - Principais agravos de MRA registrados no Rio Grande do Sul durante a série histórica de 2021 a 2023.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEREST - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador

CEVS - Centro Estadual de Vigilância em Saúde

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNS - Cartão Nacional de Saúde

CRS - Coordenadoria Regional de Saúde

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

DAPPS - Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde

DART - Doenças e Agravos em Saúde do Trabalhador

DVST - Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador

LER/DORT - Lesão por Esforço Repetitivo ou Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho

MRAV - Migrante, Refugiado, Apátrida ou Vítima do Tráfico de Pessoas

MS - Ministério da Saúde

PCD - Pessoa com Deficiência

PF - Polícia Federal

POPES - Divisão de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RAS - Rede de Atenção em Saúde

RNM - Registro Nacional Migratório

RS - Rio Grande do Sul

SES - Secretaria Estadual da Saúde

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SISAB - Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica

SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório

UREST - Unidades Especializadas Regionais em Saúde do Trabalhador

VISAT - Vigilância em Saúde do Trabalhador

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
1. Distribuição territorial MRA com residência no RS.....	11
2 Relações de trabalho MRA residente no RS.....	19
2.1 Emprego formal de MRA no RS.....	20
2.1.1 Emprego formal de MRA no RS: setores e ocupações.....	23
2.1.2 Emprego formal de MRA no RS: remuneração e escolaridade.....	25
3. Dados do Cadastro Único.....	32
4. Processos de saúde-doença de MRA residente no Rio Grande do Sul.....	35
5. Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.....	41
Considerações Finais.....	45
Referências.....	46

O Boletim Informativo de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Migrante, Refugiado(a) e Apátrida (MRA) tem como objetivo descrever o perfil produtivo e epidemiológico dos MRA residentes no Rio Grande do Sul, a partir do mapeamento de indicadores das relações de trabalho e de processos de saúde-doença-atenção-cuidado. Os dados foram obtidos a partir da análise de diferentes bancos, como o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), o Cadastro Vinculado do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

O trabalho de análise foi desenvolvido pela Área Técnica de Saúde da População Migrante, Refugiada, Apátrida e Vítima de Tráfico de Pessoas (MRAV), que compõe a Divisão de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde (POPES) do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde (DAPPS) em conjunto com a Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) ambos da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS).

Distribuído em cinco partes, o boletim inicia apresentando a distribuição territorial de MRA com residência no Rio Grande do Sul (RS), e segue mostrando

as relações de trabalho e renda, incluindo os dados do Cadastro Único. Logo após, são apresentados os processos de saúde-doença-atenção-cuidado com maior incidência sobre a população MRA residente no RS. Por último, apresenta o fluxo da Rede de Apoio aos trabalhadores e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

Espera-se que as análises desenvolvidas possam subsidiar a adoção de estratégias e processos de trabalho de gestores municipais, estaduais, equipes técnicas, sociedade civil e demais interessados na qualificação e promoção da interface saúde do trabalhador/trabalhadora MRAV residente no RS.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

Migrantes, refugiados, apátridas (MRA) são segmentos populacionais heterogêneos, que possuem em comum o deslocamento internacional como característica essencial, ou seja, toda pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, seja voluntária ou involuntariamente. Durante a última década (2011 - 2020), novas tendências e dinâmicas das migrações internacionais no Brasil ganharam relevo na esfera pública, tensionando políticas públicas a serem mais inclusivas, resolutivas e equitativas. Tanto os diagnósticos quanto as respostas têm exigido, cada vez mais, a construção de processos de trabalho fundamentados sobretudo em evidências. As informações sobre a população MRA no Rio Grande do Sul aqui apresentadas são provenientes do cruzamento de diferentes bases de dados. O estoque de registros da Polícia Federal (PF), pedidos de emissão do Registro Nacional Migratório (RNM) e o fluxo anual, ambos, contidos no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), os indicadores de trabalho, emprego e renda contidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a base do Cadastro Único para programas sociais (CADÚNICO) que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda em todo o território nacional, e, por último, as informações advindas dos sistemas de informação em Saúde, Cadastro Vinculado do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB) (Brasil, 2022)

e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica. No que se refere ao RNM, foram apresentados os registros ativos até março de 2024 e analisados os fluxos anuais de 2018 a 2022, e, por último, do Cadastro Vinculado foram considerados os migrantes internacionais cadastrados até dezembro de 2022.

O contingente populacional registrado em cada base de dados está informado na Tabela 1. Enquanto o estoque de registros ativos está disponível no portal de dados abertos do Governo Federal, na seção da PF (Brasil, 2024), os fluxos anuais são extraídos do Portal da Imigração. Outra diferença recai sobre o acesso. Os registros ativos e o fluxo anual são bancos de acesso público, já o cadastro vinculado é restrito aos profissionais de saúde.

Tabela 1 - Número absoluto de MRA residentes no Rio Grande do Sul, com nacionalidade identificada.

País de procedência	SISMIGRA (2024)	SISMIGRA (2018 a 2022)	SISAB (2022)	RAIS (2023)	CADÚNICO (2021)	SINAN (2021 a 2023)	SINAN (2023)
Uruguai	38053	11782	3076	1309	3234	44	11
Venezuela	35950	16388	7641	10889	9076	308	109
Haiti	16482	10893	6432	3455	6494	369	89
Argentina	8329	2201	1691	2479	1152	65	27
Senegal	3388	2248	410	562	186	61	12
Colômbia	3232	2259	306	173	225	9	3
Cuba	2484	989	557	603	547	17	7
Portugal	1822	135	201	37	91	0	0
Chile	1449	265	167	53	116	2	0
Alemanha	1358	220	100	19	32	1	1
Itália	1316	182	114	17	38	3	1
Paraguai	1203	462	610	671	422	23	12
Outros países	12235	5038	1786	2618	945	27	13
TOTAL	127301	53062	23091	22885	22558	929	285

Fonte: SISMIGRA/RAIS/CADÚNICO/SISAB/SINAN

Segundo o portal de dados abertos da PF contidos no SISMIGRA, o total de registros ativos de migrantes no RS, até março de 2024, era de 127.301 pessoas (Brasil, 2024), sexto maior do país, com 7,41% do total de migrantes internacionais em território nacional. Em relação à população geral do estado (IBGE, 2022), os MRA representam 1,17%, esse percentual, porém, pode variar de acordo com a dinâmica populacional de cada município. A partir dos dados do SISMIGRA até 2024, identificou-se as principais nacionalidades no território gaúcho: uruguaia (38.053), venezuelana (35.950), haitiana (16.482), argentina (8.329), senegalesa (3.388), colombiana (3.232), cubana (2.584), cabendo ainda

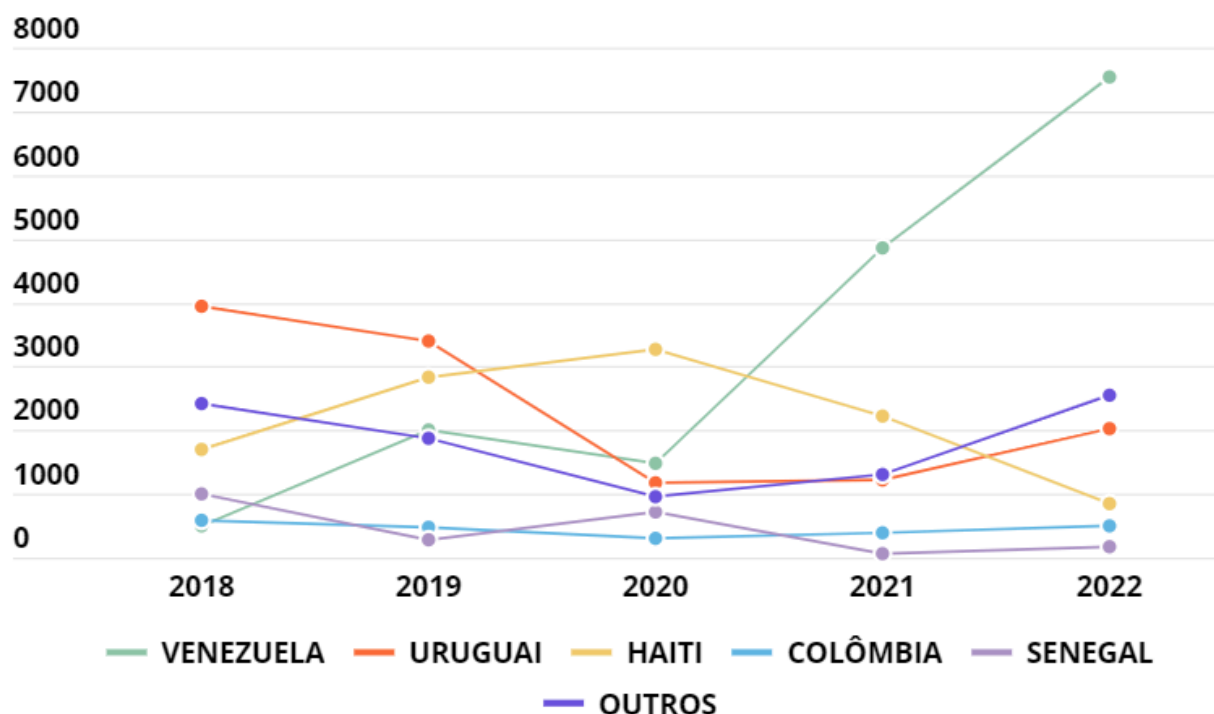
destacar apátridas (78).

Em termos absolutos, as cinco (5) nacionalidades com maior número de registros no total da série histórica foram os venezuelanos (16.388 registros; 30,88% do total), seguidos dos uruguaios (11.782; 22,20% do total), haitianos (10.893; 20,53% do total), colombianos (2.259; 4,26% do total) e senegaleses (2.248; 4,24%), o que por si já representa 82,11% do total de registros analisados na série histórica (53.062). Conforme se observa no Gráfico 1, o número de registros dos venezuelanos cresceu de 2018 (501 registros) para 2022 (7.550

registros). O aumento no número de pessoas dessa nacionalidade reflete a tendência nacional identificada desde 2017, relacionada à crise política e socioeconômica na Venezuela.

Comportamento oposto pôde ser observado com a nacionalidade haitiana, que teve como tendência redução dos registros de 2018 (1.699) para 2022 (858). Cabe ainda destacar a categoria "Outras", em que se observa um ligeiro crescimento em número absoluto de 2018 a 2022 (de 2.488 registros para 9.492 registros).

Gráfico 1: Número absoluto de migrantes e país de nascimento segundo SISMIGRA entre 2018 - 2022 (n= 53.062).

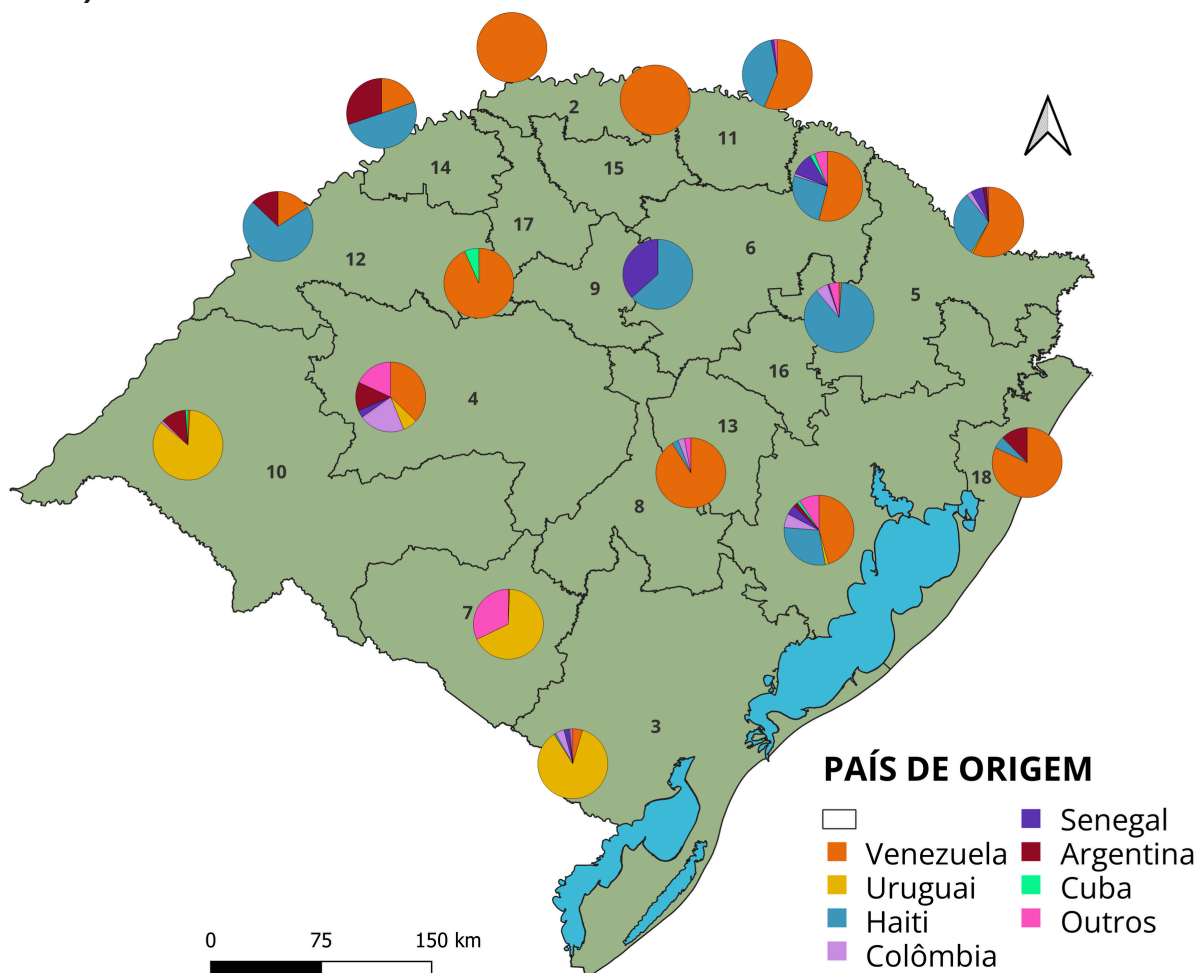


Fonte: SISMIGRA (Brasil, 2022). Acesso em 08/03/2024.

Pelo mapa 1, é possível identificar a distribuição geográfica e a distribuição das principais nacionalidades nas Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), segundo dados do SISMIGRA (2022). Observa-se que, ao norte e nordeste do estado, há um predomínio da

nacionalidade venezuelana, principalmente nas 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 11ª, 13ª, 15ª, 17ª e 18ª CRS. Destacam-se, também, a nacionalidade haitiana na 12ª, 14ª e 16ª CRS. Ao sul do estado, identifica-se um maior predomínio de uruguaios na 3ª, 7ª e 10ª CRS.

Mapa 1. Distribuição espacial dos migrantes internacionais residentes no Rio Grande do Sul representados por coordenadoria e principais nacionalidades (n= 45.061).

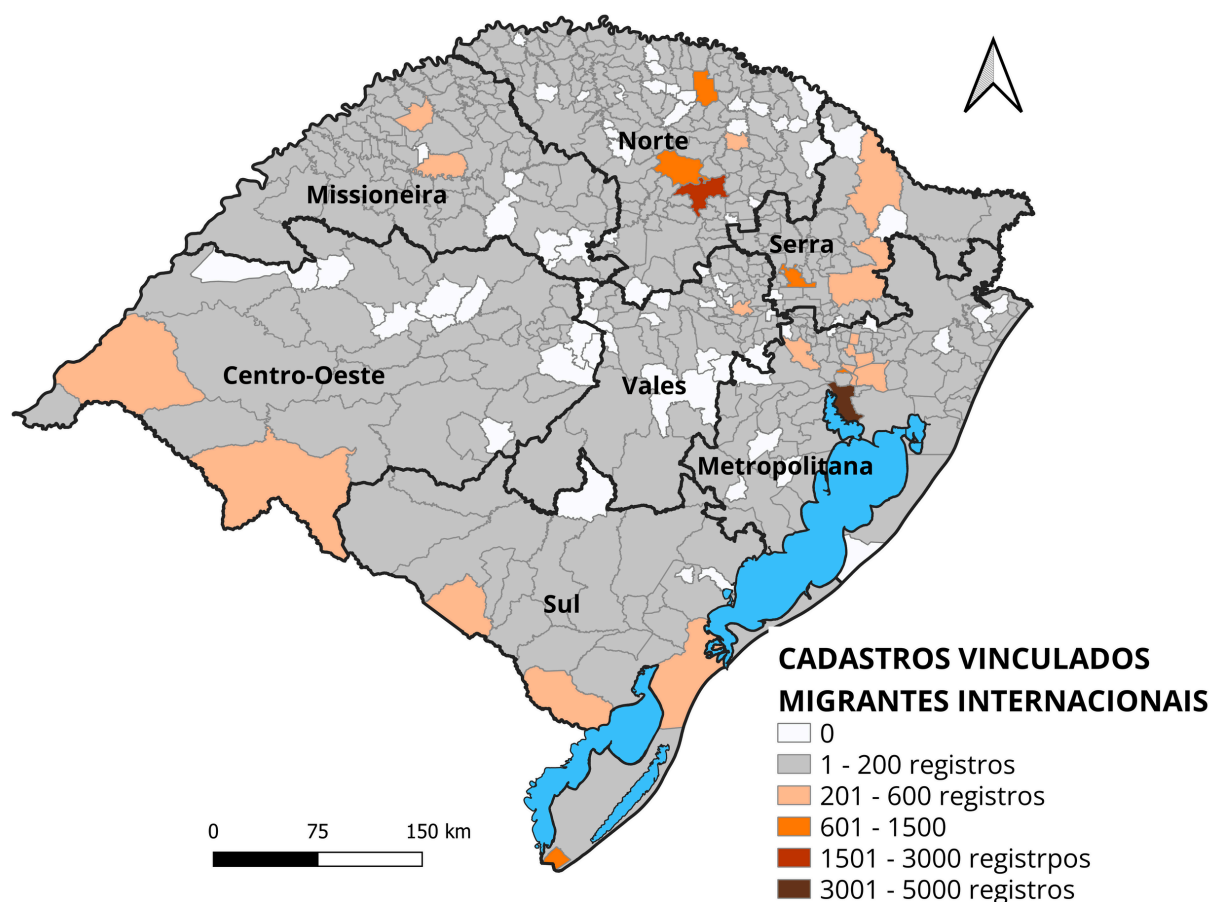


Fonte: SISMIGRA (Brasil, 2022) . Acesso em 08/03/2024.

A distribuição geral de migrantes internacionais pelo território do RS, vista através do banco de dados do SISMIGRA (2022), aponta Porto Alegre como o município com maior concentração de migrantes (16%), seguido de Caxias do Sul (7.23%), Canoas (6.04%) e Santana do Livramento (5.01%). Salienta-se que o percentual de registros Não Especificados foi de 15%. As Macrorregiões de saúde Metropolitana (38,9%), Sul (19,3%), Serra (13,9%) e a Centro-Oeste (10,7%) são aquelas com maior concentração de migrantes internacionais no estado.

Os dados de cadastros vinculados (SISAB, 2022), por outro lado, apresentam um cenário ligeiramente diferente (Mapa 2). Porto Alegre segue como o município com maior concentração de migrantes (18,4%), mas é seguido de Marau (7,3%), Bento Gonçalves (5,7%) e Passo Fundo (5,1%) (Mapa 2). As Macrorregiões de saúde Metropolitana (39,2%), Norte (24,4%), Serra (13,5%) e a Missioneira (8,1%) são aquelas com maior concentração de migrantes internacionais no estado segundo os registros de cadastros vinculados.

Mapa 2. Distribuição espacial dos migrantes internacionais residentes no Rio Grande do Sul por município segundo cadastros vinculados até dezembro de 2022 (n= 26.065).

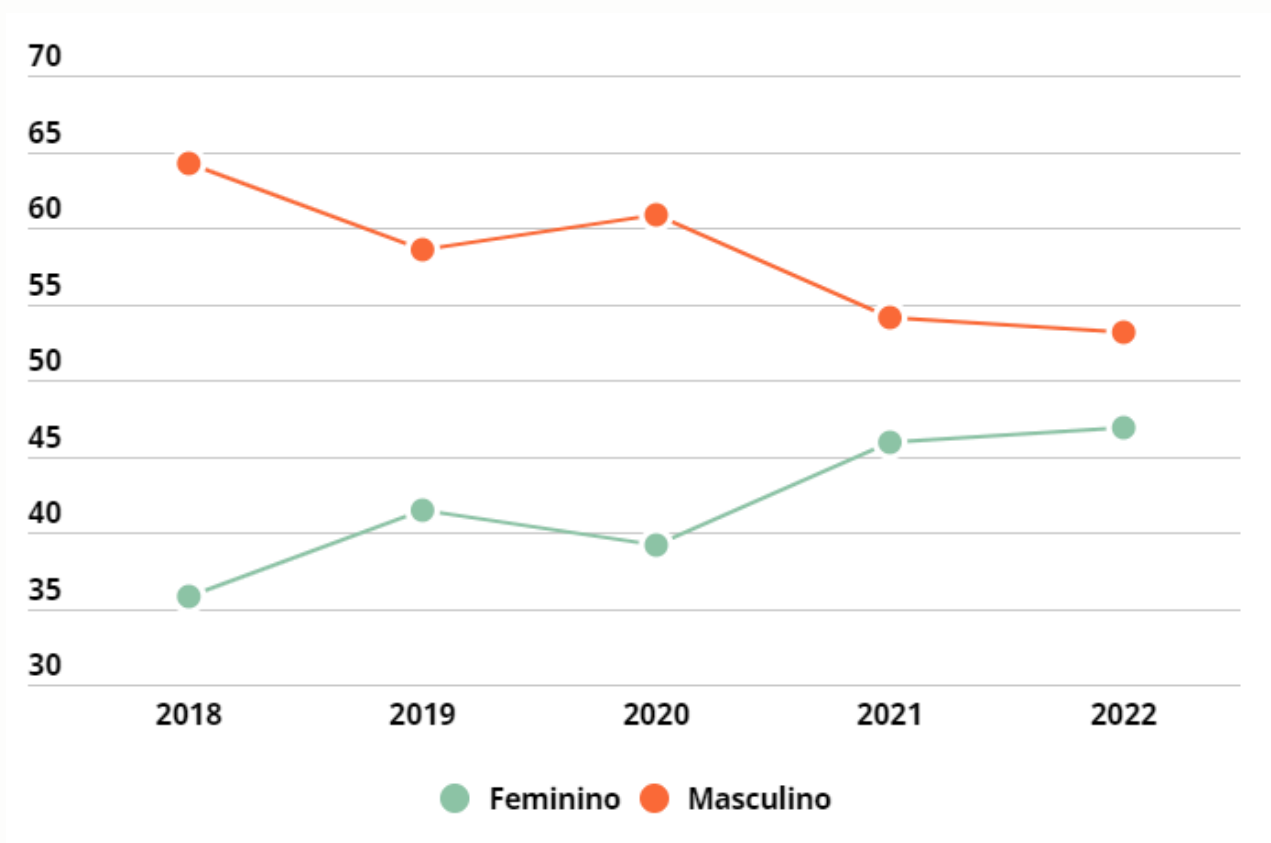


Fonte: SISAB (Brasil, 2022). Acesso em 08/03/2024.

Considerando todas as nacionalidades registradas no RS de 2018 a 2022 (SISMIGRA, 2022), 58% são pessoas do sexo masculino, contudo, a participação feminina tem sido ampliada 35,82% (2018), 41,40% (2019), 39,18% (2020), 45,87% (2021) e 46,86% (2022), como visto no gráfico 2.

Em apenas 13% dos registros há dados sobre orientação sexual: 12,72% se declaram heterossexuais, 0,05% homossexuais e 0,02% bissexuais. Destaca-se que, de acordo com a escala de avaliação de incompletude, elaborada por Romero e Cunha (2006), o índice de 87,21% de registros não preenchidos é considerado muito ruim (50% ou mais).

Gráfico 2 - Distribuição percentual do sexo registrado de MRA com residência no Rio Grande do Sul.



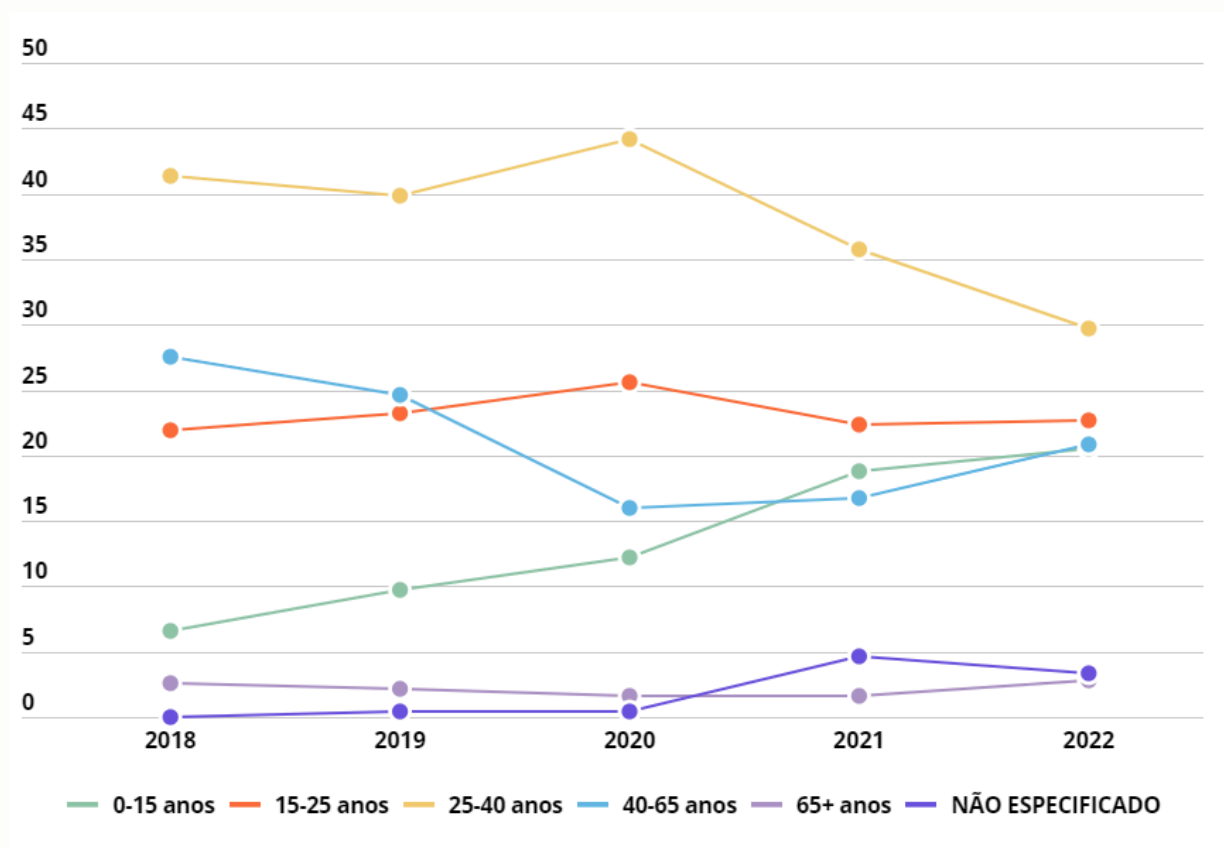
Fonte: SISMIGRA (Brasil,2022). Acesso em 08/03/2024.

No que se refere às tendências migratórias e a distribuição por faixa de idade, entre 2018 e 2022, os dados analisados apontam para uma concentração populacional entre 25 e 40 anos, 37,3% (Gráfico 3). Porém, observa-se um aumento na faixa de 0 a 15 anos, que, em 2018, era 6,6 % e, em 2022, representa 20,5%. Ainda é possível perceber, com exceção da faixa de 25 a 40 anos, um relativo aumento nas faixas etárias a partir de 2021.

Ressalta-se que, para confirmar as tendências de aumento ou de redução identificadas, é necessário compará-las com a futura atualização do censo populacional (IBGE) de MRA residentes no RS.

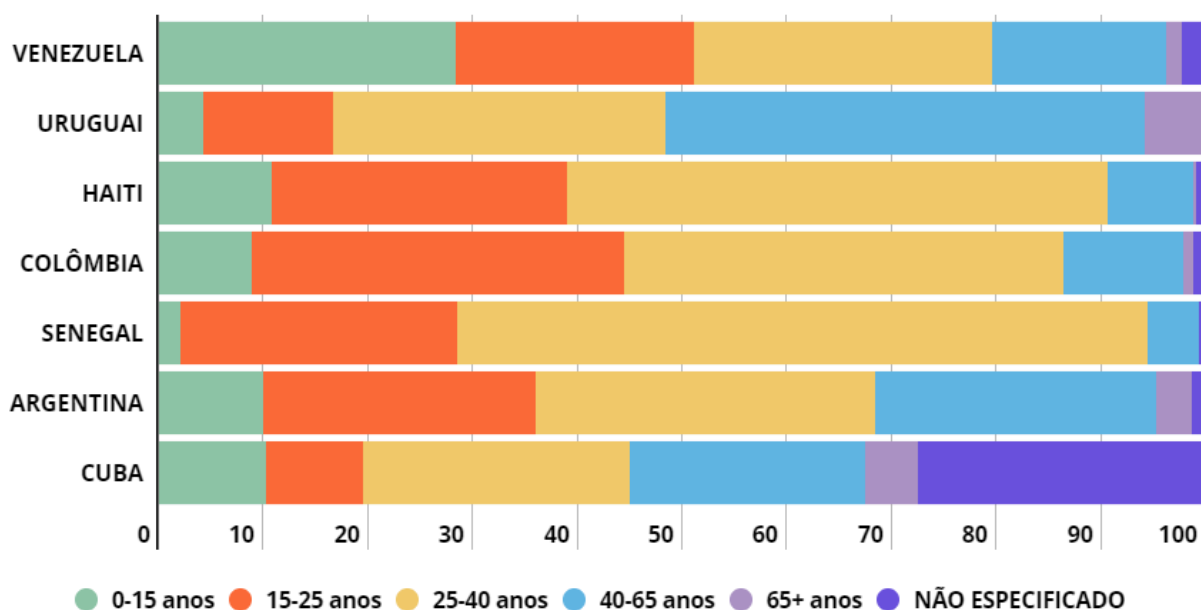
Quando os dados dos migrantes mais frequentes no RS são examinados por faixa de idade (Gráfico 4), entre 2018 e 2023, os Venezuelanos apresentam distribuição relativamente homogênea entre as faixas de 0-15, 15-25 e 25-40 anos. Haitianos, colombianos e senegaleses têm a faixa de 25-40 anos como a mais frequente. Na faixa de 40-65 anos, há uma maior incidência entre Uruguaios seguidos de argentinos. Por fim, quando nacionalidades e faixas etárias são agrupadas (faixas 15-25 e 25-40 agrupadas), é possível perceber que a maior parte da população MRA residentes no RS têm entre 15 a 40 anos.

Gráfico 3 - Distribuição percentual da faixa-etária registrada de MRA com residência no Rio Grande do Sul (n= 53.032).



Fonte: SISMIGRA (Brasil,2022). Acesso em 08/03/2024.

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos registros de MRA por faixa etária e nacionalidades selecionadas, no Rio Grande do Sul (n= 53.062).



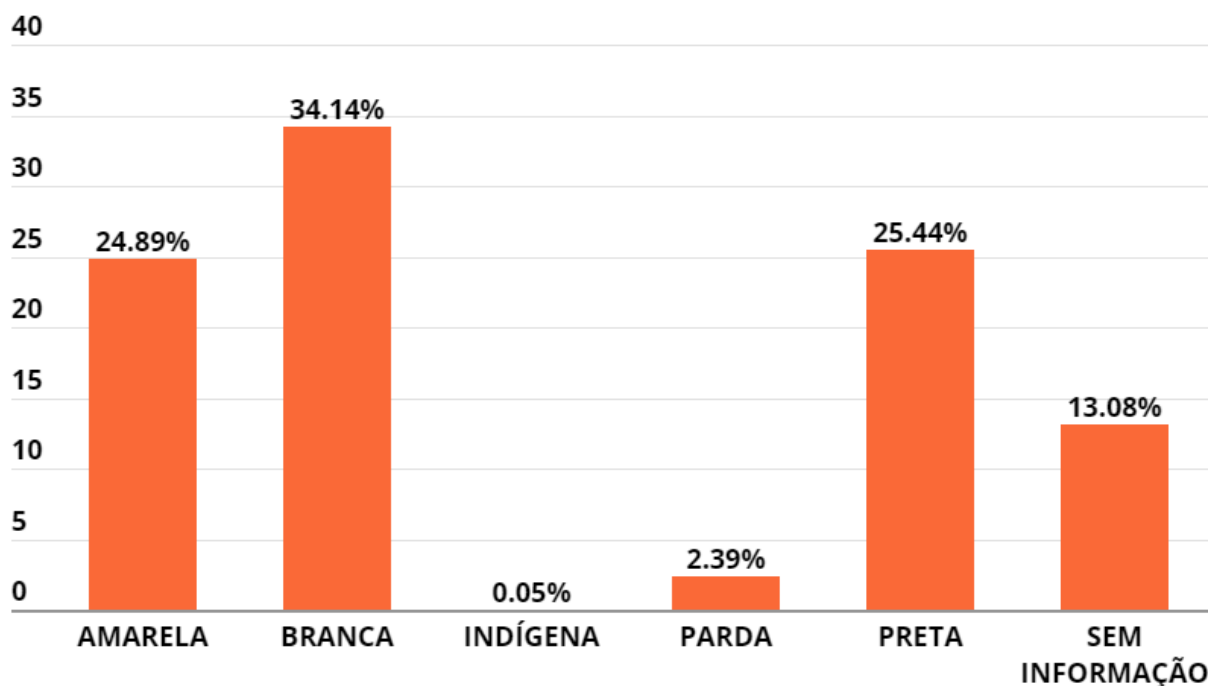
Fonte: SISMIGRA (BRASIL,2022). Acesso em 08/03/2024.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Cadastro Vinculado, do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), até 2022, 34,14% dos MRA registrados se autodeclararam brancos, 24,89% amarelos, 27,83% pretos e pardos, 0,05% indígenas (Warao da Venezuela, Guarani da Argentina) e em 13,08% dos registros o quesito raça/cor não foi preenchido. Ao

todo, 52,77% dos registros de MRA no SISAB são de população não branca (Gráfico 5).

Em relação aos registros de sexo, 49,6% são feminino e 50,4% masculino. Fazendo um recorte por nacionalidade, as principais são venezuelana (7641/33,1%), haitiana (6432/27,9%), uruguaia (3076/13,3%), argentina (1691/7,3%), paraguaia (610/2,6%), cubana (557/2,4%) e senegalesa (410/1,8%). As demais nacionalidades representam 11,6%.

Gráfico 5 - Distribuição percentual de Cadastros Vinculados de MRA por raça/cor no Rio Grande do Sul (n= 26.065).



Fonte: SISAB (Brasil, 2022). Acesso em 08/03/2024.

¹Os dados das bases RAIS, CTPS e CAGED foram pareados e harmonizados de forma que as informações apresentadas em cada uma dessas bases resultam do processo de pareamento e harmonização.

²Os dados referentes à CTPS foram coletados até 2019, uma vez que esta base foi descontinuada neste mesmo ano, dando lugar à Carteira de Trabalho Digital.

2. Relações de trabalho e renda da População MRA residente no RS

Indicadores como idade, renda, raça/cor, escolaridade, ocupação, bem como a natureza desses vínculos ocupacionais, estão entre os fatores de referência para a determinação social da saúde (BARATA, 2009) que, em conjunto com outras dimensões, irão incidir sobre a maior ou menor exposição a determinados desencadeadores de agravos e sobre a possibilidade de acessar o cuidado. Para compreender melhor essa relação, foi utilizada uma estratégia de aproximação e manejo de três bancos de dados pareados e harmonizados: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os dados disponíveis pelo banco CTPS/RAIS/CAGED para o estoque de trabalhadoras e trabalhadores MRA formais usam como referência as informações até 2023.

Ressalta-se que as informações obtidas nos bancos de dados supracitados referem-se a registros de MRA com vínculo empregatício formal, não sendo possível obter a taxa de desocupação/desemprego. A caracterização geral do banco em relação ao sexo e à raça/cor estão na Tabela 2.

Tabela 2 - Frequência absoluta e relativa de registros de MRA por sexo e raça/cor, no Rio Grande do Sul, segundo RAIS/CAGED/CTPS.

RAÇA/COR	N	%
Branca	7363	32.2%
Preta	3827	16.7%
Parda	4805	21%
Amarela	156	0.7%
Indígena	291	1.3%
Não Informado	6443	28.2%
Total	22884	100%
SEXO	N	%
Homem	14920	65,2%
Mulher	7964	34,8%
Total	22884	100%

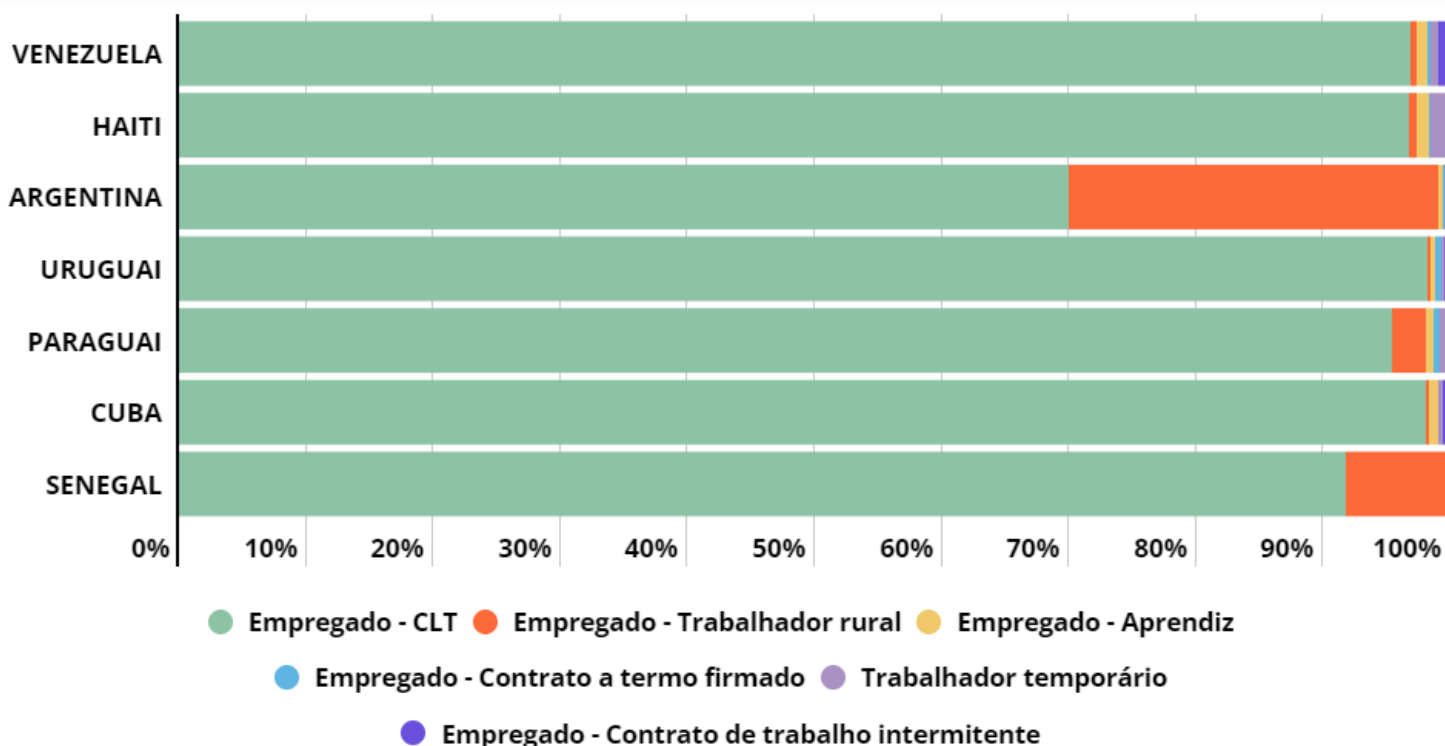
Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

2.1 Emprego formal de MRA no RS

Quando os dados disponibilizados pela RAIS/CTPS/CAGED são analisados considerando a natureza dos vínculos formalizados, a maioria dos registros incide sobre a categoria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mais de 90% dos venezuelanos (96,9%), haitianos (96,8%), uruguaios (98,2%), paraguaios (95,4%) e cubanos (98%), conforme

mostra o gráfico 6. Logo a seguir, a categoria Empregado-Trabalhador Rural aparece, sobretudo, entre argentinos (28,1%) mas também senegaleses (8,2%). Por último, 6,8% dos migrantes encontram-se nas demais categorias.

Gráfico 6 - Distribuição percentual dos registros por categoria de trabalhador e nacionalidades selecionadas no Rio Grande do Sul.



Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

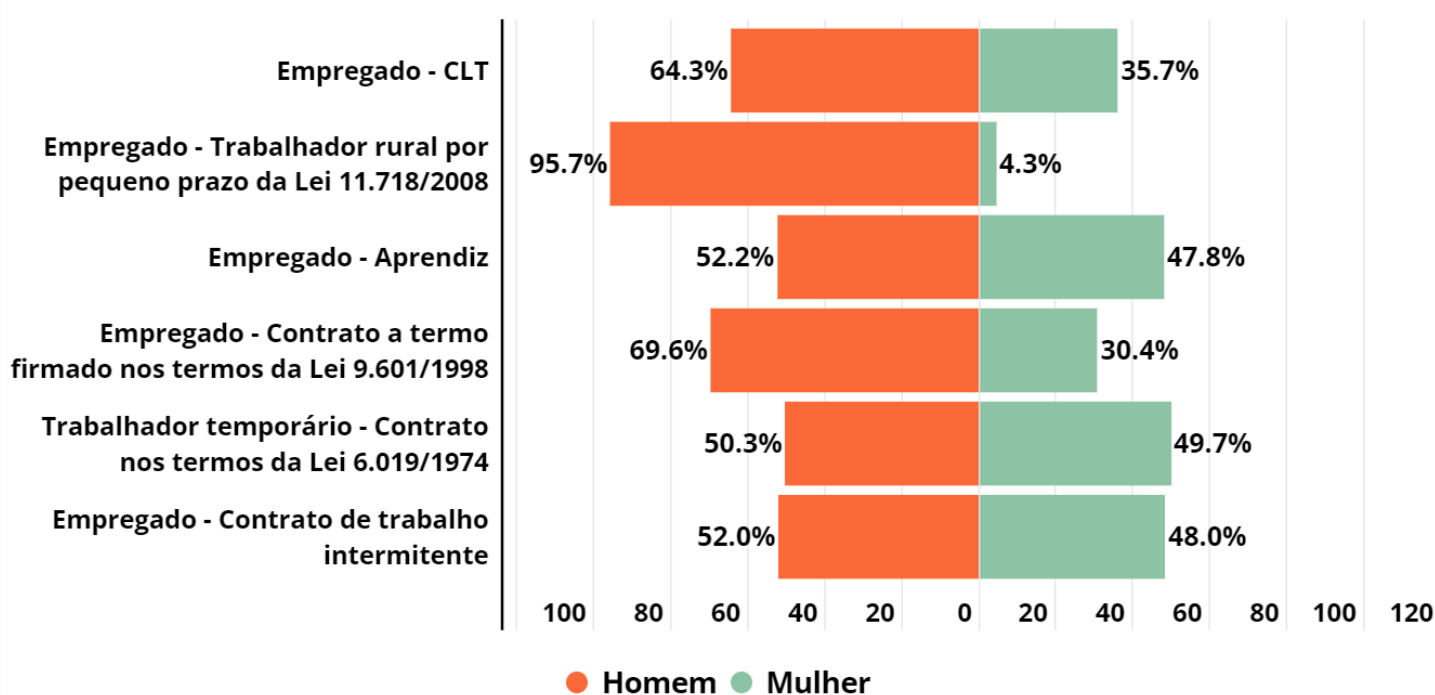
Através do recorte de gênero, observamos que a maioria dos registros de MRA em empregos formalizados é referente a homens (Gráfico 7). Nas categorias Aprendiz, Contrato a termo

firmado nos termos da Lei 9.601/1998 e Contrato de trabalho intermitente, as mulheres quase alcançam 50% dos registros, contudo, na categoria CLT, as mulheres representam apenas 35,7%.

Entre os homens com emprego formal, 92,1% possuem vínculo CLT e 7,8% estão nos demais vínculos. Já entre as mulheres, 95,8% são celetistas e 4,2% estão distribuídas nas outras categorias. Embora os registros da base RAIS/CAGED/CTPS apontem uma maioria de mulheres com vínculo CLT, salienta-se

que elas representam apenas 34,8% do total de MRA em empregos formais. Considerando a tendência de aumento da migração feminina para o RS, verificada desde 2020, é importante atentar-se para esse reduzido número de mulheres em empregos formalizados quando comparado aos homens.

Gráfico 7 - Distribuição percentual dos registros por categoria de trabalhador e sexo no Rio Grande do Sul, 2023 (n = 22.884).

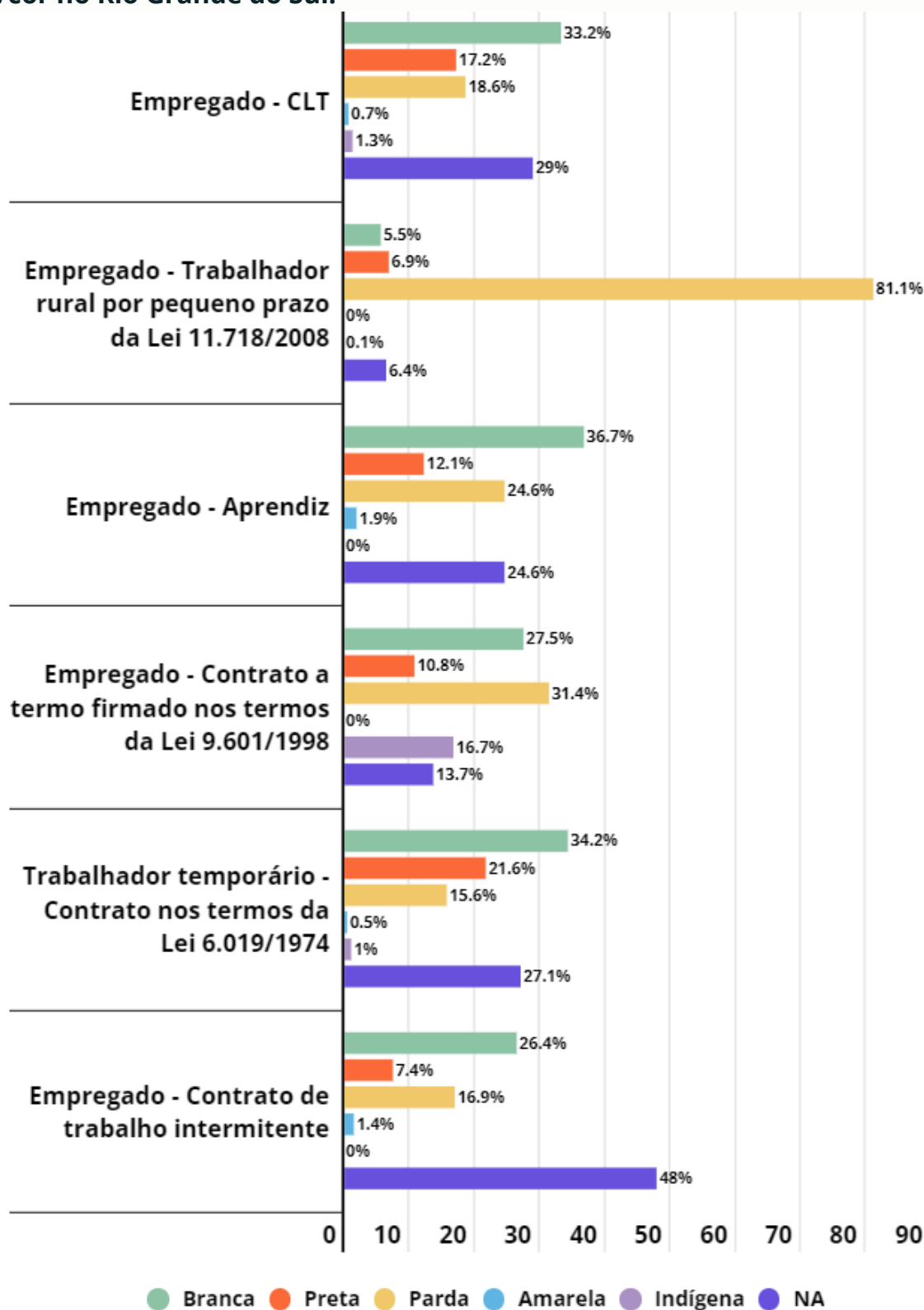


Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

No que tange aos registros de raça/cor da população MRA residente no RS com emprego formalizado, observa-se que, a exceção da categoria Contrato de trabalho intermitente, todas as demais categorias são majoritariamente ocupadas por não brancos (Gráfico 8).

Salienta-se que o percentual geral de registros sem o preenchimento do quesito raça/cor é de 28,2%.

Gráfico 8 - Distribuição percentual dos registros por categoria de trabalhador e raça/cor no Rio Grande do Sul.³



Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

³CLT: Trabalhador contratado via CLT, isso quer dizer que o emprego dele será formal, com carteira assinada.
 Trabalhador rural por pequeno prazo: A atividade desempenhada não pode ultrapassar 2 (dois) meses por ano.
 Aprendiz: O trabalhador com idade entre 14 e 24 anos vinculado a um contrato de aprendizagem.
 Contrato a termo firmado nos termos da Lei 9.601/98: Contrato de trabalho que tem datas de início e término antecipadamente combinadas entre o trabalhador e o empregador.
 Contrato a termo firmado nos termos da Lei 9.601/74: Pessoa física contratada por uma agência de emprego intermediária que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços.
 Contrato de trabalho intermitente: Prestação de serviço não continuada, ou seja, de forma esporádica.

2.1.1. Emprego formal de MRA no RS: setores e ocupações

Com vínculo formalizado (n= 22.884), no RS, os principais setores econômicos de atuação dos MRA encontram-se na indústria de transformação, com 9.724 (42,5%) empregados. Nesta categoria destacam-se as ocupações de alimentador de linha de produção, magarefe e abatedor, dentre outras. Logo depois, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, 4.053 (17,7%) empregados. Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, por sua vez, registram 2.890 (12,6%) empregados, seguido do setor de alojamento e alimentação com 1.657

(7,2%) empregados. Por último, o setor da construção com 1.350 (5,9%) empregados.

Quando avaliados os registros de setores econômicos por raça/cor (Tabela 3), verifica-se que os maiores percentuais de MRA autodeclarados pretos (57,3%), amarelos (55,1%), pardos (44,2%) e brancos (41,9%) estão no setor da indústria da transformação. No setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura encontra-se o maior percentual de autodeclarados indígenas (66,7%).

Tabela 3 - Distribuição percentual dos registros de MRA por setor econômico segundo raça/cor no Rio Grande do Sul (n= 22.884).

Setor econômico	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	NA	Total
Indústrias de Transformação	41.9%	57.3%	44.2%	55.1%	18.6%	33.9%	42.5%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	23.5%	12.2%	11.3%	23.1%	6.2%	19.5%	17.7%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	9.4%	5.5%	26.4%	1.9%	66.7%	8.1%	12.6%
Alojamento e Alimentação	6.7%	7.0%	4.6%	3.8%	2.1%	10.3%	7.2%
Construção	4.0%	6.5%	3.7%	2.6%	1.7%	9.7%	5.9%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	4.6%	4.5%	3.7%	3.2%	1.0%	6.7%	4.9%
Transporte, Armazenagem e Correio	2.2%	2.0%	1.7%	1.3%	1.0%	3.6%	2.5%
Saúde Humana e Serviços Sociais	2.4%	1.8%	1.2%	5.1%	0.3%	1.5%	1.8%
Outras atividades	5.4%	3.3%	3.1%	3.8%	2.4%	6.7%	4.9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Em relação às ocupações desempenhadas pelos MRA, destacam-se a de Alimentador de linha de produção, com 3.601 (15,7%) empregados, a de Trabalhador volante da agricultura, 1.678 (7,3%) empregados, a de Abatedor, 1.191 (5,2%) empregados e, por fim, a ocupação de Faxineiro, com 1.184 (5,1%) empregados.

A Tabela 4 apresenta as principais ocupações registradas por faixa etária. Observa-se que a maioria dos registros fica entre 25 e 39 anos. Nessa faixa, as ocupações em destaque são linha de produção e Trabalhador volante da agricultura.

Tabela 4 - Distribuição percentual de MRA por ocupação e faixa etária no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884).

Ocupação	<18 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais	NA	Total
Alimentador de linha de produção	3.2%	15.3%	16.0%	16.8%	16.2%	13.7%	1.7%	5.6%	15.7%
Trabalhador volante da agricultura	0.0%	13.7%	7.4%	4.5%	3.9%	5.8%	3.4%	0.0%	7.3%
Abatedor	0.0%	5.1%	5.5%	5.6%	5.4%	3.7%	3.4%	0.0%	5.2%
Faxineiro	0.0%	3.0%	4.1%	6.4%	7.4%	6.9%	1.7%	11.1%	5.2%
Magarefe	0.0%	4.1%	4.8%	4.1%	3.7%	2.3%	0.0%	0.0%	4.0%
Repositor de mercadorias	6.8%	4.4%	3.0%	2.6%	2.0%	2.6%	5.2%	0.0%	3.1%
Auxiliar nos serviços de alimentação	0.3%	2.2%	3.5%	3.4%	3.3%	3.5%	0.0%	5.6%	3.1%
Servente de obras	0.0%	2.1%	2.9%	3.1%	3.0%	3.7%	6.9%	5.6%	2.8%
Vendedor de comércio varejista	3.9%	3.1%	2.7%	1.6%	1.7%	2.4%	1.7%	0.0%	2.3%
Operador de caixa	2.6%	3.3%	2.4%	1.9%	1.3%	0.8%	0.0%	0.0%	2.2%
Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	0.3%	1.9%	1.7%	1.5%	1.6%	1.8%	0.0%	0.0%	1.6%
Cozinheiro geral	0.0%	0.8%	1.4%	2.0%	1.9%	2.5%	3.4%	0.0%	1.6%
Embalador	12.7%	1.5%	1.2%	1.2%	1.1%	0.5%	0.0%	0.0%	1.4%
Outras Profissões	70.1%	39.5%	43.5%	45.4%	47.5%	49.7%	72.4%	72.2%	44.6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Ainda sobre as ocupações (Tabela 5), alguns municípios destacam-se em números de registros, tais como Caxias do Sul (3.261/ 4,3%), Porto Alegre (2006/ 8,8%), Passo Fundo (896/3,9%), Erechim (847/3,7%), Bom Jesus (663/2,9%), Tapejara (638/2,8%), Garibaldi (622/2,7%) e Marau (548/2,4%).

Tabela 5 - Número absoluto de MRA por ocupação e município de residência no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884).

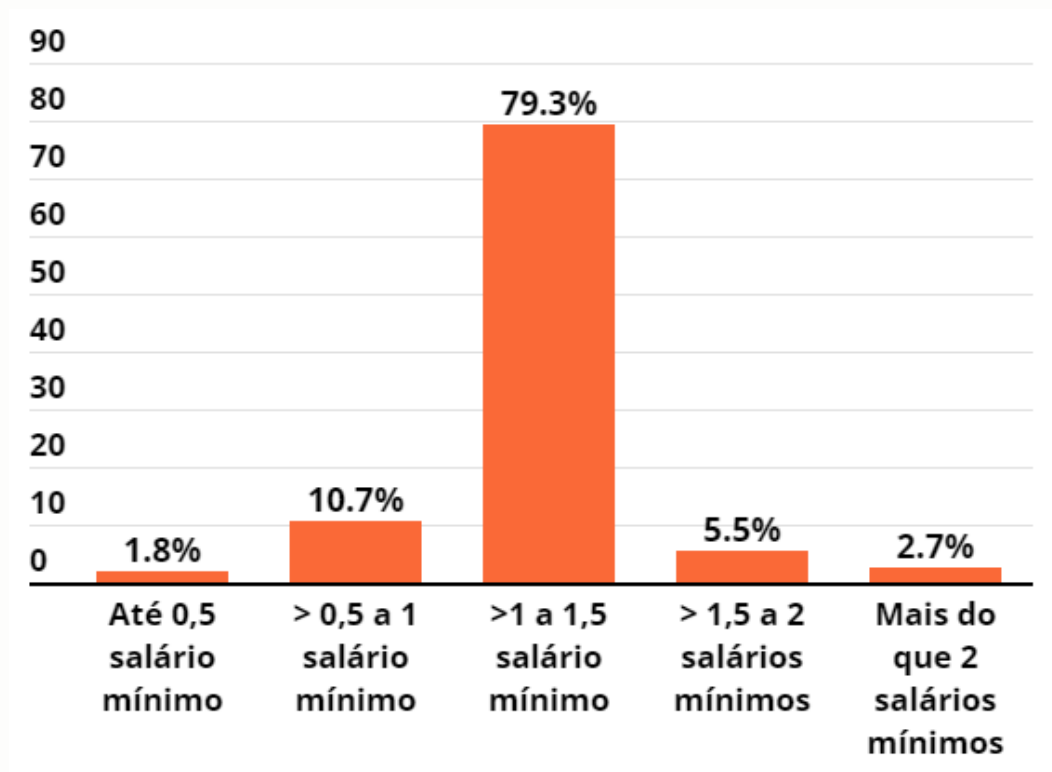
Ocupação	Caxias do Sul	Porto Alegre	Passo Fundo	Erechim	Bom Jesus	Tapejara	Garibaldi	Marau
Trabalhador volante da agricultura	746	1			581			
Alimentador de linha de produção	739	67	171	215		86	139	156
Faxineiro	122	267	70	53		28	8	3
Repositor de mercadorias	106	45	72	23		3	1	14
Auxiliar nos serviços de alimentação	82	179	35	13		2	4	5
Atendente de lanchonete	81	57	4	4				1
Soldador	70	5	14	3		7	6	13
Embalador	64	9	2	11		15	1	
Montador de estruturas metálicas	62	5	2					6
Operador de caixa	56	54	32	42			4	6
Vendedor de comércio varejista	44	40	2	1		1		2
Cozinheiro geral	42	69	6	15		6	3	7
Operador de torno com comando numérico	42							
Montador de máquinas	36		1					
Almoxarife	35	18	10	2		5		1
Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	34				70			
Chapeador de carrocerias metálicas (fabricação)	31							1
Outras ocupações	869	1190	475	465	12	485	456	333
Total Geral	3261	2006	896	847	663	638	622	548

Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

2.1.2. Emprego formal de MRA no RS: remuneração e escolaridade

Entre os registros da RAIS/CAGED/CTPS de 2023, 22.884 continham informações de salário mensal de MRA. Os valores foram agrupados em faixas conforme o salário mínimo de 2024 (R\$ 1.412,00) (Brasil, 2023a). Observa-se no gráfico 9 que a maioria dos migrantes que indicaram sua remuneração recebem entre 1 e 1,5 salário mínimo ao mês. A média salarial de MRA foi de R\$ 1891,13, enquanto a média salarial geral do país foi de R\$ 3.100,00 no mesmo ano (IPEA, 2024).

Gráfico 9 - Distribuição percentual de remuneração de MRA por faixa salarial registrada no Rio Grande do Sul (n= 22884)



Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Analisando a remuneração sob a perspectiva de raça/cor, temos 16.441 (71,8%) registros como quesito preenchido. Na Tabela 6, observamos a distribuição percentual da faixa salarial segundo raça/cor, identificando que 78,8% dos MRA com raça/cor autodeclarada recebem entre 1 e 1,5 salário mínimo: entre os indígenas, 89,7% estão nesta faixa salarial; entre os pardos, 82,3%; e, entre os pretos, 79,6%.

Em relação às remunerações mais baixas, 2,6% dos amarelos, 2,4% dos pretos e 2,1% dos brancos possuem remuneração entre 0 e 0,5 salário mínimo.

Faz-se importante mencionar que os dados acerca de raça/cor amarela requerem cautela em sua análise, uma vez que o número amostral é bem pequeno (n= 156) (Brasil, 2023b).

Nota-se que, na faixa salarial maior que 2 salários mínimos, o percentual de migrantes brancos é duas vezes maior do que o de migrantes pretos, quase quatro vezes maior que de pardos e seis vezes maior do que a remuneração de indígenas.

Tabela 6 - Distribuição percentual dos registros de MRA por remuneração segundo raça/cor no Rio Grande do Sul (n= 16.441)

Remuneração	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
Até 0,5 salário mínimo	2.1%	2.4%	1.9%	2.6%	1.4%	2.1%
>0,5 a 1 salário mínimo	11.9%	9.4%	10.7%	13.5%	5.2%	14.8%
>1 a 1,5 salário mínimo	75.8%	79.6%	82.3%	75.0%	89.7%	78.8%
>1,5 a 2 salários mínimos	5.8%	6.7%	4.0%	3.2%	3.1%	5.4%
Mais do que 2 salários mínimos	4.3%	1.9%	1.1%	5.8%	0.7%	2.8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Sob a perspectiva de gênero (Tabela 7), a 0,5 salário mínimo (51,7%) e >0,5 a 1 salário mínimo (46,8%). Conforme a as informações obtidas demonstram que as mulheres aparecem em número mais remunerado aumenta, maior a expressivo nas menores faixas salariais: 0 participação masculina.

Tabela 7 - Distribuição percentual de faixa salarial de MRA por sexo no Rio Grande do Sul (n= 22,884)

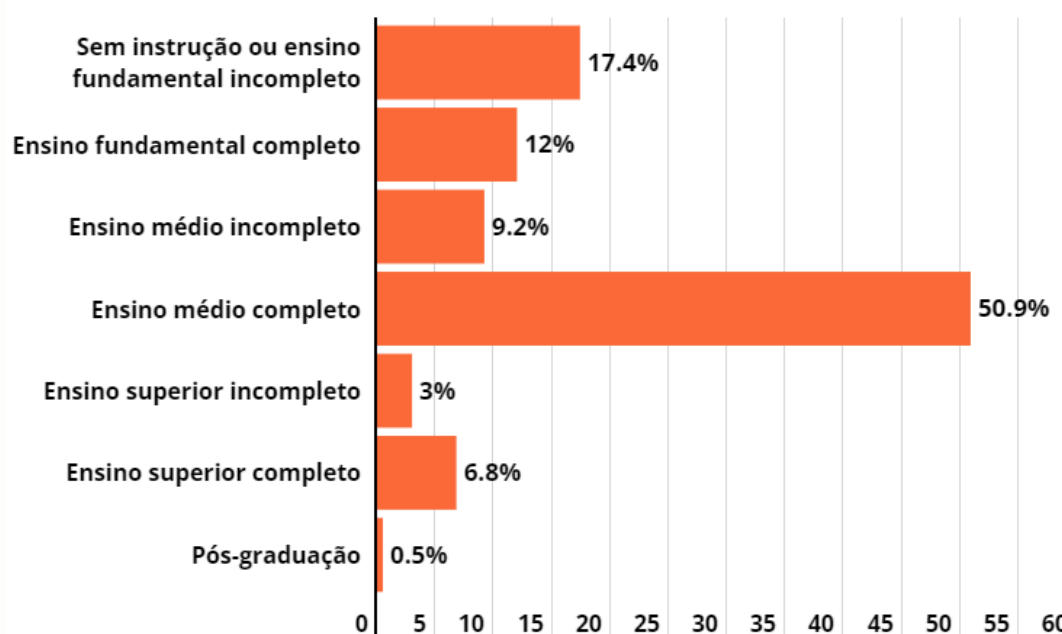
Sexo	Até 0,5 salário mínimo	>0,5 a 1 salário mínimo	>1 a 1,5 salário mínimo	>1,5 a 2 salários mínimos	Mais do que 2 salários mínimos	Total
Homem	48.3%	53.2%	65.6%	85.9%	71.4%	65.2%
Mulher	51.7%	46.8%	34.4%	14.1%	28.6%	34.8%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Em relação ao nível de instrução dos MRA, observamos no gráfico 10, que 50,9% deles possuem ensino médio completo, seguido daqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, 17,4%. No Brasil, em 2023, o percentual de pessoas com ensino médio completo foi de 54,5%, com ensino fundamental incompleto foi de 27,1% e sem instrução foi de 6%⁴ (IBGE, 2024).

⁴ Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

Gráfico 10 - Distribuição percentual de MRA por nível de instrução no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884)



Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Ao realizar um recorte por raça/cor (Tabela 8), é importante destacar que 28,2% (n= 6443) dos registros não possuíam raça/cor informada. Identificase que os migrantes indígenas representam a maioria na categoria sem instrução ou ensino fundamental incompleto (40,9%), seguidos de pardos (26,3%) e pretos (22,3%). Com ensino fundamental completo, pretos representaram 15,9% e pardos 15,8%, seguidos de brancos com 11,3%.

Em relação à variável ensino médio completo, mais da metade dos MRA (50,9%) possuem ensino médio completo e destes 48,6% são brancos, 48,1% amarelos, 41,8% pretos e 40,1% são pardos. Nos níveis de instrução com mais anos de estudo, ocorre maior representação dos migrantes autodeclarados brancos, sendo que 63,3% deles completou, pelo menos, o ensino médio. Apenas 48,8% dos pretos e

pardos possuíam, pelo menos, o ensino médio completo. Segundo dados do IBGE (2024), no Brasil, 61,8% dos brancos havia completado, pelo menos, o ensino médio, enquanto esse percentual entre pretos e pardos foi de 48,3%.

Embora observe-se uma redução do percentual em toda a população conforme aumenta o nível de instrução, o percentual de brancos que completaram o ensino superior (9,5%) é, aproximadamente, duas vezes maior do que o da população preta (4,2%). Com pós-graduação, a população branca (1%) é mais de duas vezes maior que pretos (0,2%) e pardos (0,4%).

Com relação aos resultados da variável escolaridade, é necessário observar os dados em conjunto com outros fatores relacionados. Como aponta a literatura da área, cerca de um terço dos migrantes com ensino superior no mundo tem qualificação excessiva para trabalho

que realizam (UNESCO, 2018). Além do mais, no Brasil, devido a sua regulamentação complexa e multinível, o processo de revalidação e reconhecimento de diplomas ainda é um desafio para os migrantes internacionais e para os brasileiros que realizam sua graduação no exterior (ACNUR, 2023).

Tabela 8 - Distribuição percentual do nível de instrução de MRA segundo raça/cor no Rio Grande do Sul, 2023

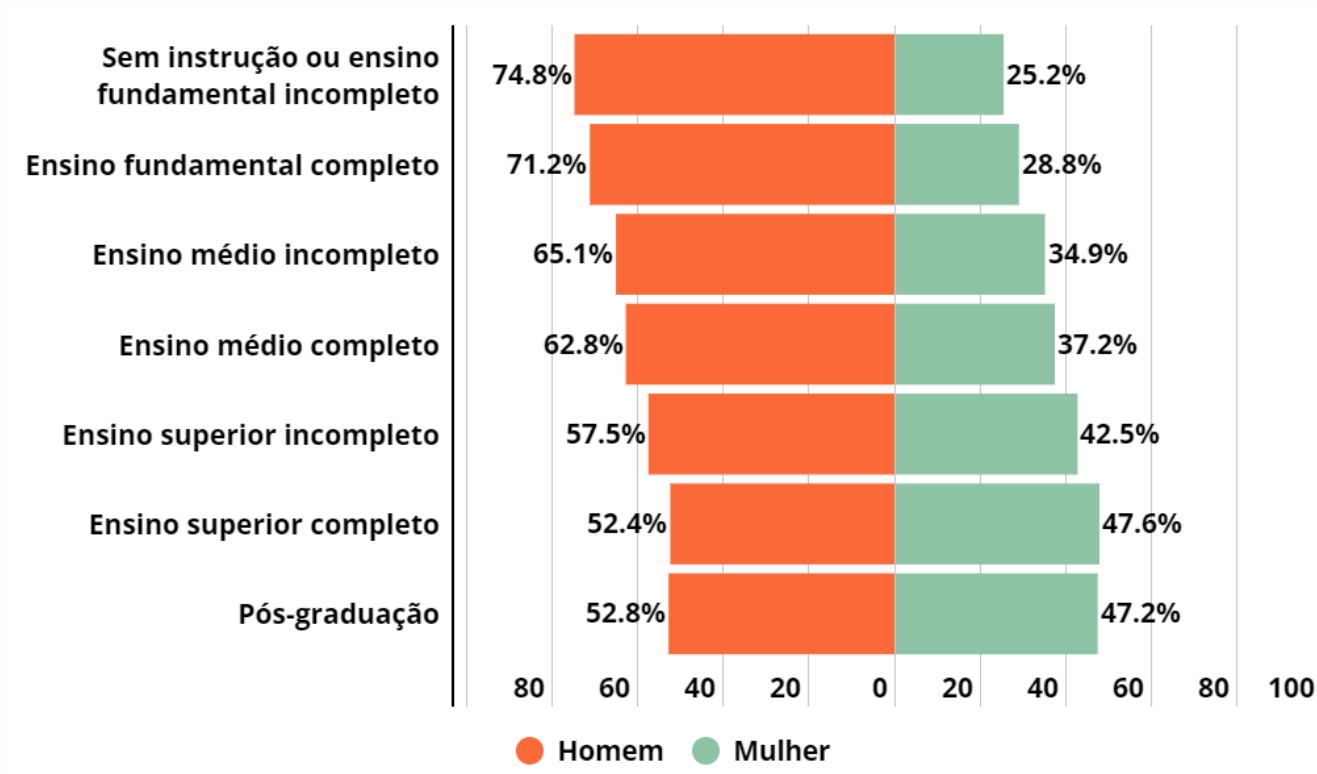
Nível de instrução	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não informada	Total
Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	16.2%	22.3%	26.3%	15.4%	40.9%	8.4%	17.4%
Ensino fundamental completo	11.3%	15.9%	15.8%	9.6%	3.8%	8.3%	12.0%
Ensino médio incompleto	9.3%	13.0%	8.7%	8.3%	36.8%	6.1%	9.2%
Ensino médio completo	48.6%	41.8%	40.1%	48.1%	14.1%	68.8%	50.9%
Ensino superior incompleto	4.2%	2.7%	2.4%	2.6%	0.0%	2.4%	3.0%
Ensino superior completo	9.5%	4.2%	6.4%	16.0%	4.1%	5.6%	6.8%
Pós-graduação	1.0%	0.2%	0.4%	0.0%	0.3%	0.4%	0.5%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Segundo os registros da base de dados harmonizados RAIS/CTPS/CAGED, identifica-se que os homens representam 74,8% dos migrantes sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (Gráfico 11). Conforme os anos de estudo aumentam, essa proporção diminui, embora o sexo masculino seja sempre maioria entre os níveis de instrução.

Para as mulheres, ocorre o processo inverso. A representatividade feminina percentual aumenta à medida que os anos de estudo aumentam, chegando a 47,2% entre os migrantes com pós-graduação.

Gráfico 11 - Distribuição percentual de MRA por nível de instrução e sexo no Rio Grande do Sul, 2023 (n = 22.884, sendo 14.920 homens e 7.964 mulheres)

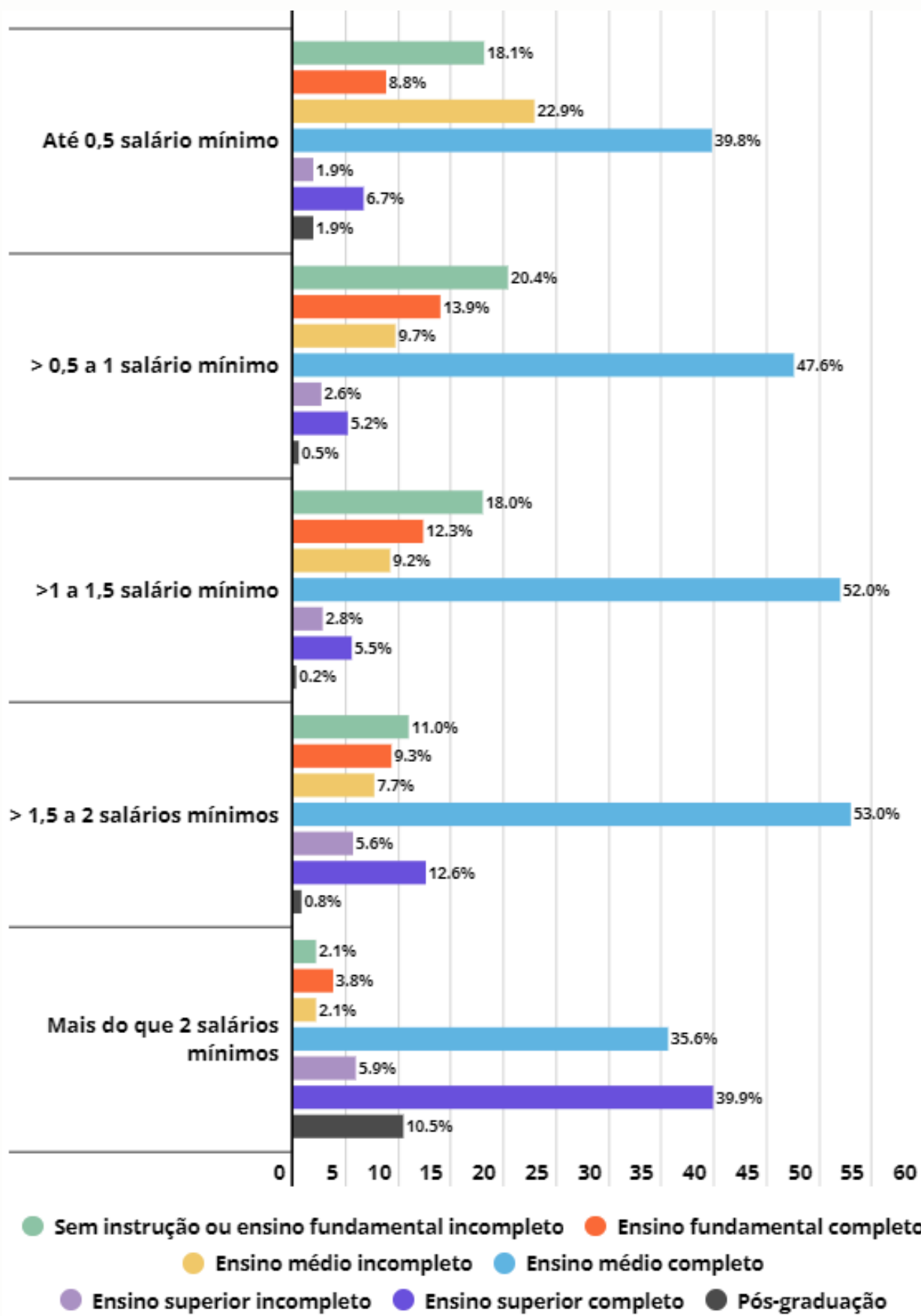


Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

Em relação aos dados de escolaridade e remuneração (Gráfico 12), as categorias de até 0,5 salário mínimo, >0,5 a 1 salário mínimo, >1 a 1,5 salário mínimo e >1,5 a 2 salários mínimos constituem-se, majoritariamente, de migrantes com ensino médio completo. Entre os migrantes que recebem mais de 2 salários mínimos, a proporção de registros com ensino superior completo aumenta significativamente (39,9%).

Nota-se, também, que, à medida que as remunerações aumentam, as proporções de MRA sem instrução, com ensino fundamental completo e com ensino médio incompleto, diminuem.

Gráfico 12 - Distribuição percentual de MRA por nível de instrução e e faixa salarial no Rio Grande do Sul, 2023 (n= 22.884)



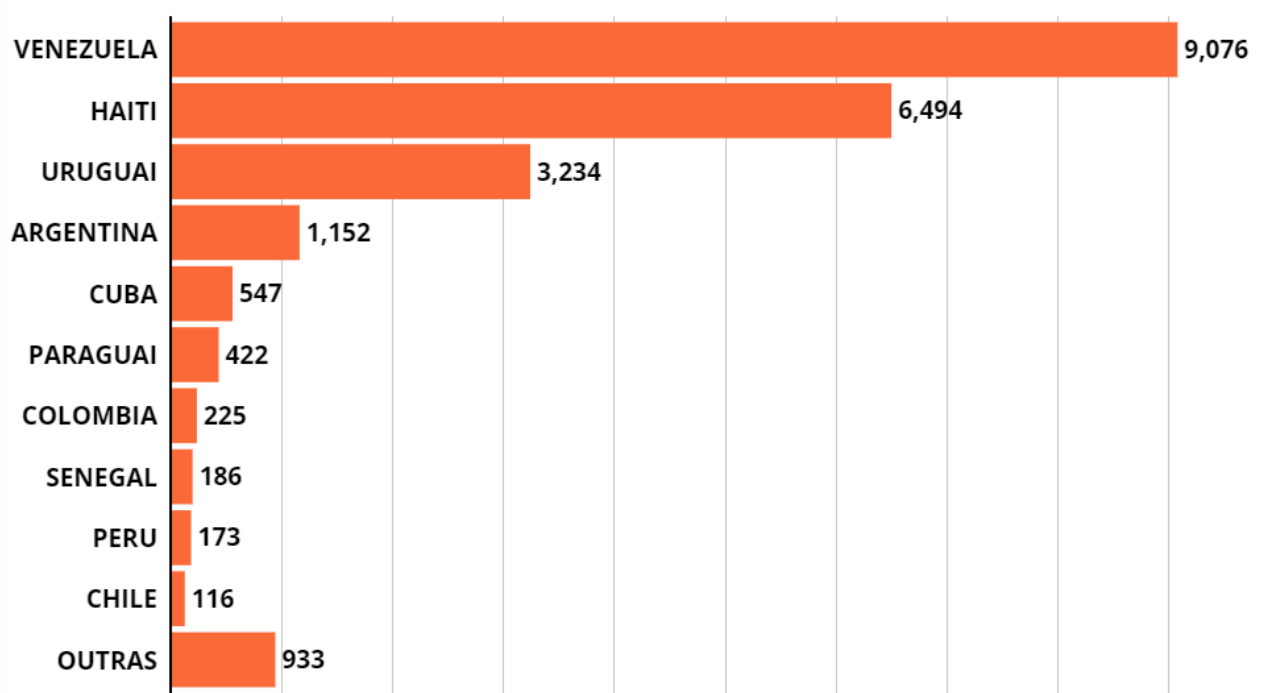
Fonte: RAIS/CTPS/CAGED (Brasil, 2023). Acesso em 19/09/2023.

3. Dados do Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) proporciona informações a respeito do acesso aos programas de transferência de renda às populações mais vulnerabilizadas. Os dados do CadÚnico analisados neste boletim têm o ano de 2021 como referência e totalizam 22.558 registros.⁵

Como apresentado no gráfico 13, as nacionalidades com maior frequência são venezuelana (40,2%), haitiana (28,8%), uruguaia (14,3%), argentina (5,1%), cubana (2,4%) e paraguaia (1,9%).

Gráfico 13 - Número absoluto de usuários MRA, residentes no Rio Grande do Sul, vinculados ao CadÚnico (n= 22.558), por nacionalidade



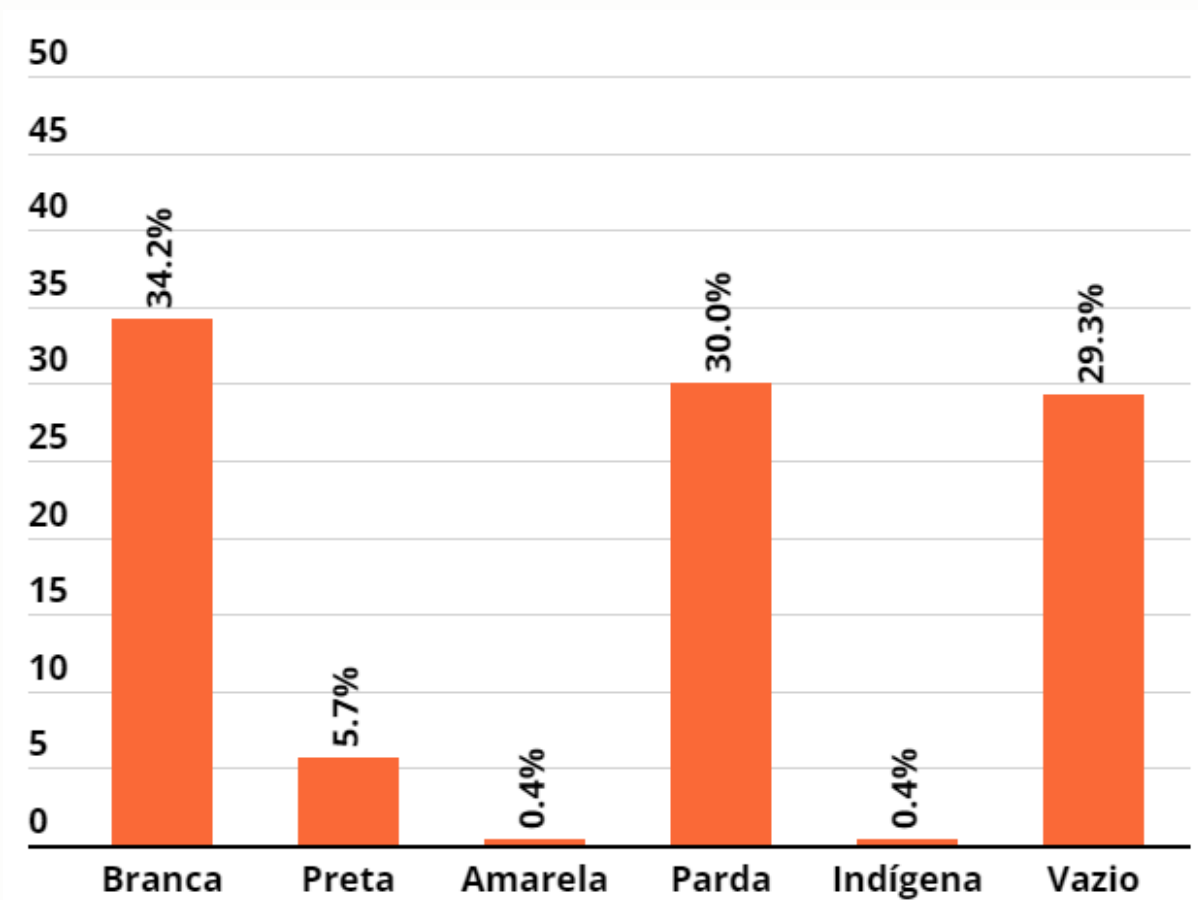
Fonte: CADÚNICO (Brasil, 2021). Acesso em 31/10/2023.

Identifica-se que dos 70,5% dos registros de raça/cor preenchidos (Gráfico 14), 36,5% dos MRA autodeclararam-se não brancos e 34% autodeclararam-se brancos.

Ressalta-se que 29,3% dos registros não tiveram o quesito raça/cor preenchido, valor considerado ruim (20% a 50%) na escala de avaliação de incompletude (Romero & Cunha, 2006).

⁵Migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio no Rio Grande Do Sul.

Gráfico 14 - Distribuição percentual da representatividade de raça/cor autodeclarada conforme MRA com cadastro no CadÚnico e residência no Rio Grande do Sul



Fonte: CADÚNICO (Brasil, 2021). Acesso em 31/10/2023.

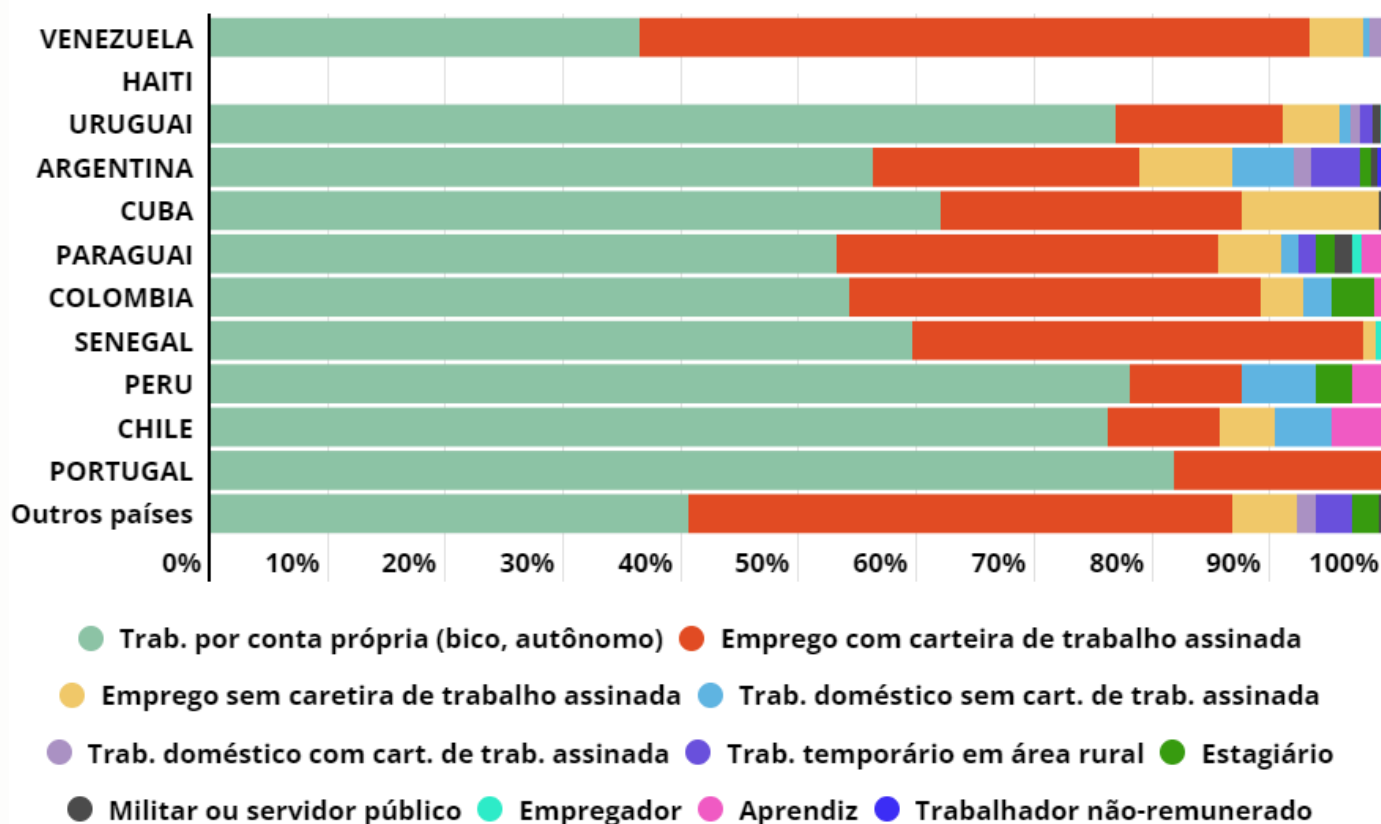
Para a análise do principal trabalho desempenhado pelos MRA vinculados ao CadÚnico (gráfico 15), apenas 3.805 dos cadastros informaram a ocupação, contabilizando 83,1% de registros vazios ou não informados. Dentro da nacionalidade haitiana, nenhum cadastro foi preenchido com o trabalho principal.

Com respeito às outras nacionalidade cadastradas, a maioria trabalha por conta própria: 81,8% dos portugueses, 78,1% dos peruanos, 76,7% dos uruguaios, 76,2% dos chilenos, 62% dos cubanos, 59,6% dos senegaleses, 56,3% dos argentinos e 53,1% dos paraguaios. Para estes, a categoria Emprego com Carteira de Trabalho Assinada aparece como a segunda mais frequente.

Em relação aos venezuelanos, 56,8% deles possuem emprego com carteira assinada e 36,3% trabalham por conta própria.

A categoria Emprego sem carteira de trabalho assinada contempla 5% dos registros e, desses, 11,6% são de cubanos, 8%, de argentinos, 5,4%, de paraguaios e 4,7% são de uruguaios. Destaca-se, ainda, que 6,3% dos peruanos, 5,1% dos argentinos e 4,8% dos chilenos atuam como trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

Gráfico 15 - Distribuição percentual dos registros de MRA vinculados ao CadÚnico por categoria de trabalho informal e nacionalidades selecionadas no Rio Grande do Sul (n= 3.805)



Fonte: CADÚNICO (Brasil, 2021). Acesso em 31/10/2023.

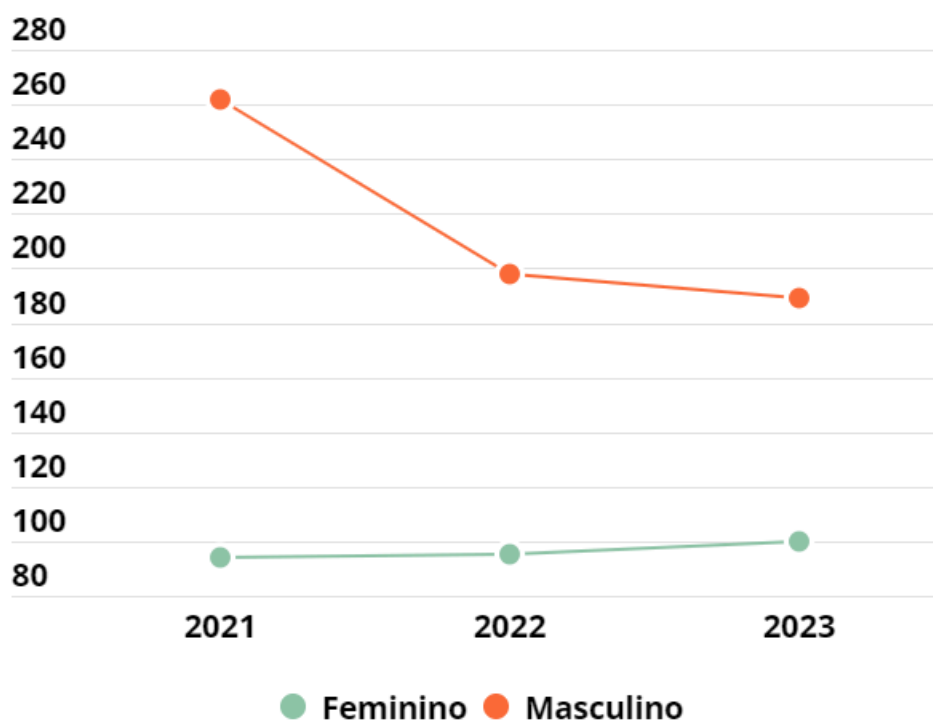
No que concerne aos registros com quesito sexo preenchido, 53,9% são de mulheres e 46,1% são de homens. Já os dados sobre Pessoas com Deficiência (PCD) apontam que 7% dos migrantes que puderem responder sobre o tema se identificam como PCD.

4. Processos de saúde-doença de MRA residente no Rio Grande do Sul

Para obtenção dos dados relativos aos agravos de notificação compulsória relacionados ao trabalho dos migrantes internacionais residentes no RS, foi necessária a realização do cruzamento do banco de dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) com o do Cartão Nacional de Saúde (CNS), com o intuito de obter a nacionalidade dos usuários com notificações. Os dados são referentes à série histórica de 2021 a 2023. Portanto, os dados analisados referem-se a um recorte dos trabalhadores e das trabalhadoras que possuíram notificação de agravos no período considerado, que possuem CNS, com residência no RS e cuja nacionalidade foi passível de identificação.

O banco final para análise geral constitui-se de 938 registros de agravos relacionados ao trabalho, considerando a série histórica de 2021 a 2023. Desses, 649 registros (69.2%) são de usuários do sexo masculino e 289 (30.8%) do sexo feminino, havendo uma diminuição de trabalhadores do sexo masculino durante o ano de 2023, enquanto o feminino houve um aumento, o que pode ser observado no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Distribuição do número absoluto de agravos de notificação compulsória de MRA por sexo e ano de registro no Rio Grande do Sul, 2021 a 2023



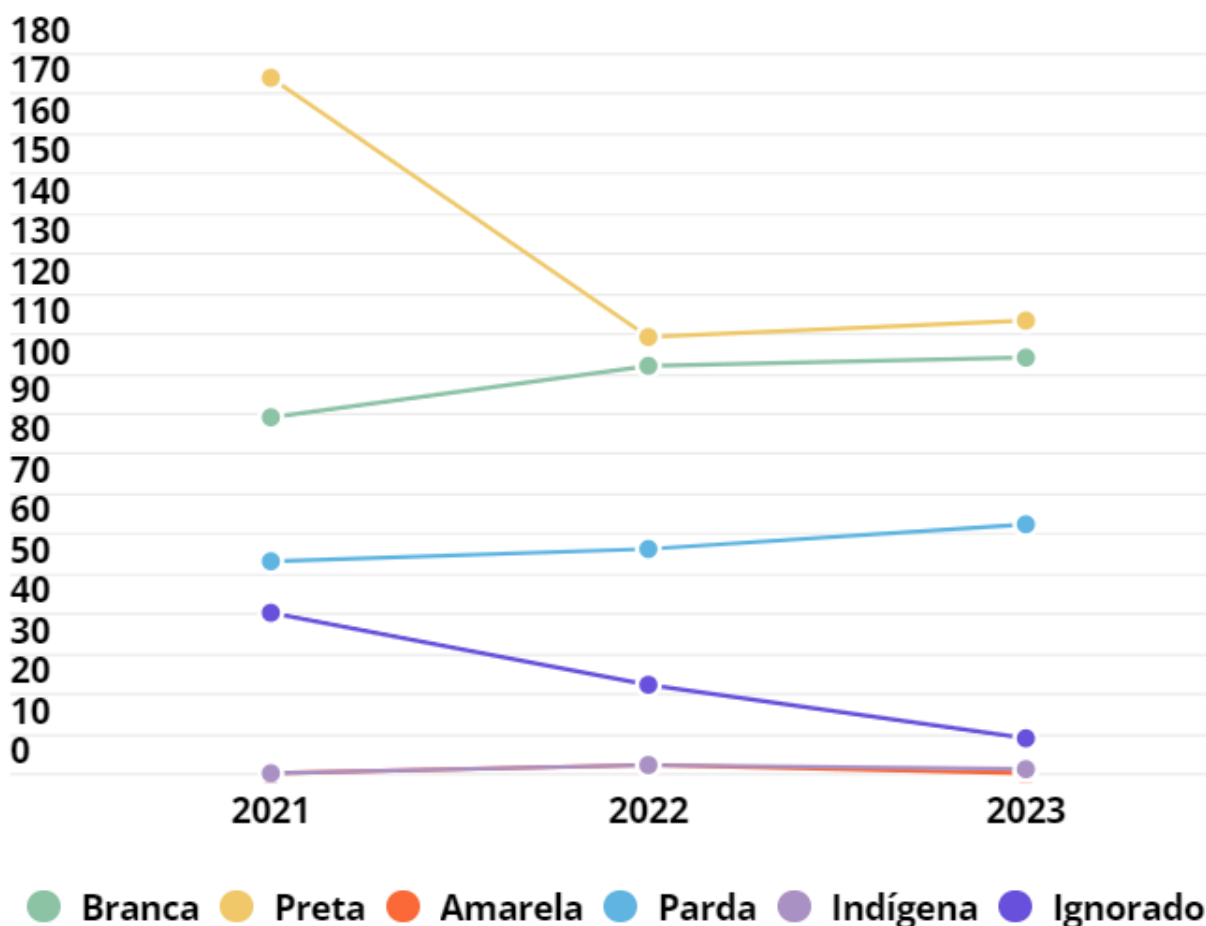
Fonte: SINAN (Brasil, 2023). Acesso em 21/11/2023.

Os 938 registros são provenientes de notificações de trabalhadores das mais diversas nacionalidades, exceto a brasileira, e cuja maioria estão na faixa-etária entre 20-34 anos.

No quesito raça/cor (Gráfico 17), observa-se que a maioria dos registros são de trabalhadores da cor preta (42.2%), seguidos dos de cor branca (31.4%).

Quando analisadas por raça/cor, a queda das notificações observadas no período incide com mais intensidade nas categorias preto e ignorado. Amarela, parda e indígena se mantêm relativamente estável, ao passo que branca tem ligeiro crescimento.

Gráfico 17 - Distribuição do número absoluto de agravos de notificação compulsória de MRA por raça/cor e ano de registro no Rio Grande do Sul, 2021 a 2023



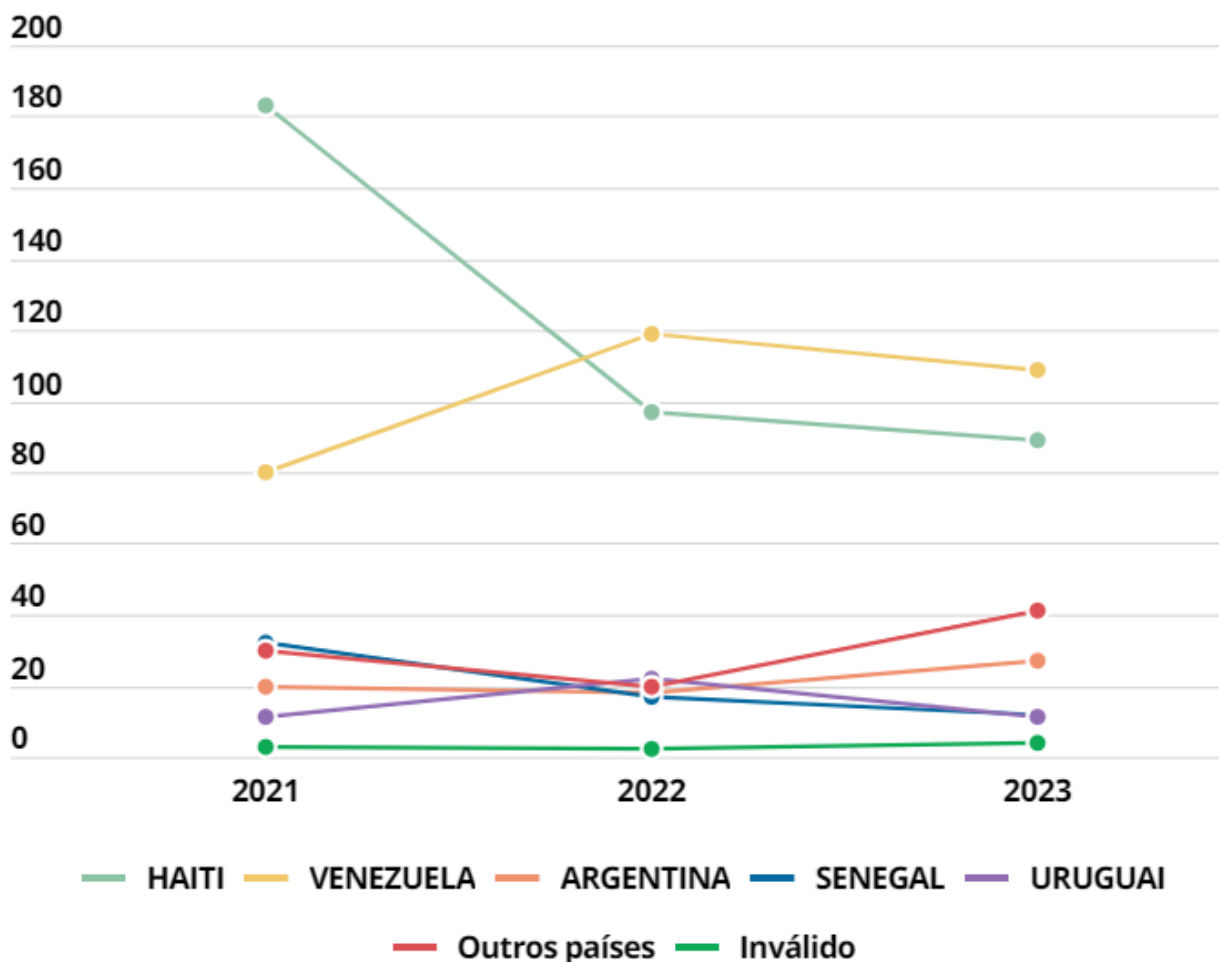
Fonte: SINAN (Brasil, 2023). Acesso em 21/11/2023.

Em termos absolutos, as cinco (5) nacionalidades com o maior número de registros no total da série histórica foram os haitianos (369 registros; 39,4% do total), seguidos dos venezuelanos (308 registros; 32,8% do total), argentinos (65

registros; 6,9% do total), senegaleses (61 registros; 6,5% do total) e uruguaios (44 registros; 4,7% do total), representando 90,3% do total de registros analisados na série histórica (938).

Como observado no gráfico 18, o número de registros dos venezuelanos cresceu de 2021 (80) para 2023 (109), já o de haitianos diminuiu de 2021 (183) para 2023 (89).

Gráfico 18 - Distribuição do número absoluto de agravos de notificação compulsória de MRA por nacionalidade, no Rio Grande do Sul, entre 2021 e 2023



Fonte: SINAN (Brasil, 2023). Acesso em 21/11/2023.

Conforme observado na Tabela 9, o Acidente de Trabalho foi o agravo responsável pelo maior número de registros ao longo dos anos observados (857). Desses, 615 registros (71,8%) são do sexo masculino e 242 (28,2%) do sexo feminino. No quesito raça/cor, observa-se que a maioria dos registros de Acidente de Trabalho são de trabalhadores da cor preta (366/42,7%), seguidos dos de cor branca (268/31,3%) e parda (153/17,8%). Preta e parda somadas representam 60,6%. Além disso,

65 registros (7,6%) possuem o quesito raça/cor ignorado. As nacionalidades com o maior número de registros é a haitiana (343/40,02%), seguido pela venezuelana (273/31,8%). Destacam-se como as três (3) principais ocupações registradas a de Alimentador de Linha de Produção, com 222 registros (25,9%), Soldador (39/4,55%) e Faxineiro (35/4,08%).

Na sequência, observa-se como segundo agravo da lista da série histórica, a Lesão por Esforço Repetitivo ou Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho - LER/DORT (34 registros). Desses, 21 registros (61,8%) são do sexo feminino e 13 (38,2%) do sexo masculino. No quesito raça/cor, observa-se que a maioria dos dados de LER/DORT são de trabalhadores da cor preta (14/41,2%), seguidos dos de cor branca e parda, com o mesmo número de registros (10/29,4%). As nacionalidades com maior número de registros é a venezuelana (19/55,9%), seguido pela haitiana (12/35,3%). Destaca-se como a principal ocupação registrada a de Alimentador de Linha de Produção com 10 registros (29,4%).

Como terceiro agravo da lista da série histórica, observa-se o Acidente de Trabalho com Exposição a Material Biológico (21 registros). Desses, 11 registros (52,4%) são do sexo feminino e 10 (47,6%) do sexo masculino.

No quesito raça/cor, identifica-se que a maioria dos registros de Acidente de Trabalho com Exposição a Material Biológico são de trabalhadores da cor branca (8/38,1%), seguidos dos de cor preta (7/33,3%). As nacionalidades com maior número de registros são a venezuela (7/33,3%), seguido pela haitiana (5/23,8%). Destaca-se como a principal ocupação informada a de Faxineiro, com 6 registros (28,6%).

Dos sete agravos, observou-se que as Dermatoses Ocupacionais foi o agravo com menor ocorrência ao longo da série temporal (1 registro).

Tabela 9 - Principais agravos de MRA registrados no Rio Grande do Sul durante a série histórica de 2021 - 2023

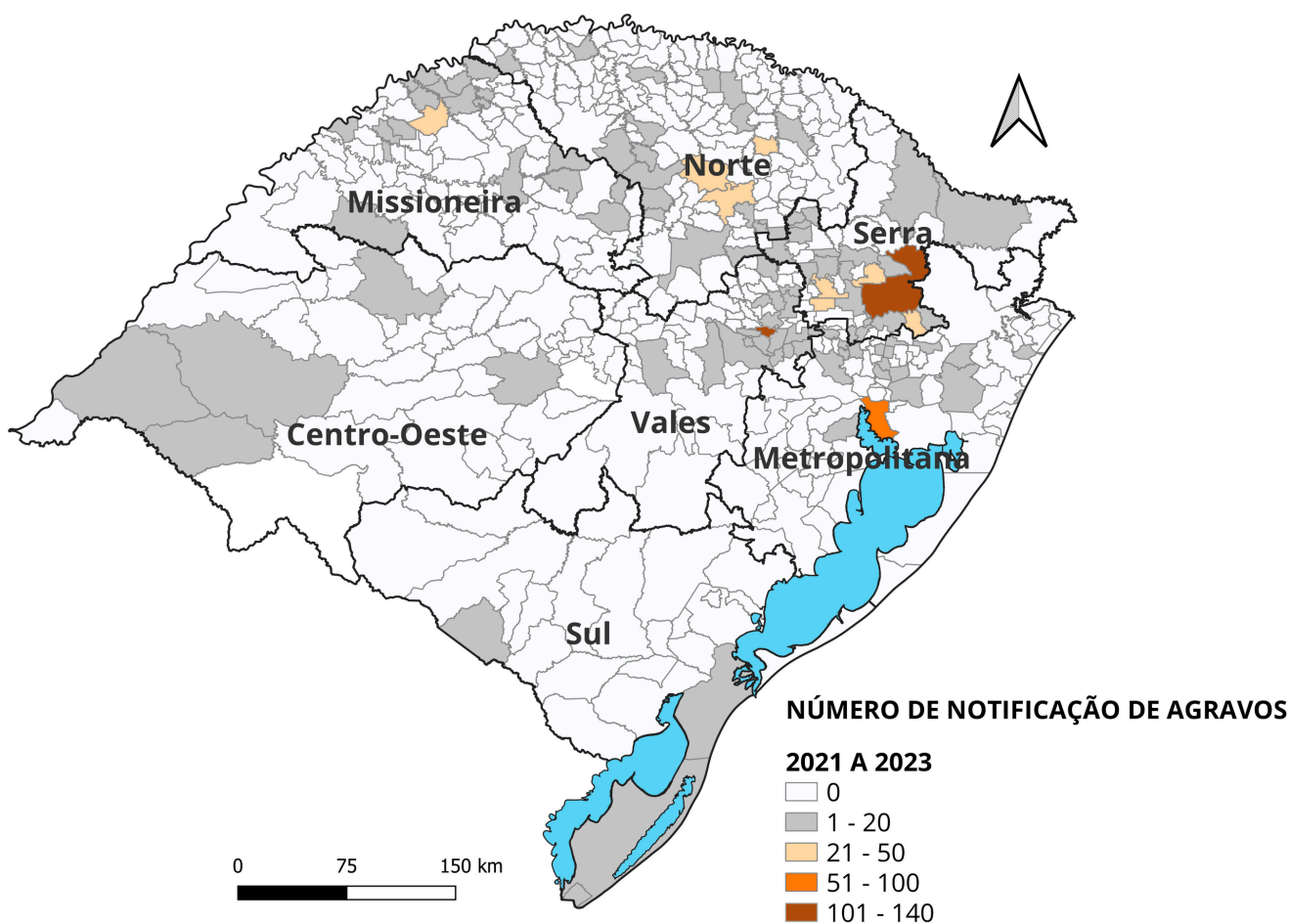
Agravo	2021	2022	2023
Acidente de trabalho (Y96)	330	274	253
Lesão por esforço repetitivo/Distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho - LER/DORT (Z579)	5	6	23
Acidente de trabalho com exposição a material biológico (Z209)	10	6	5
Intoxicação exógena (T659)	7	5	4
Violências relacionadas ao trabalho (Y09)	2	2	3
Transtornos mentais relacionados ao trabalho (F99)	1	0	1
Dermatoses ocupacionais (L989)	1	0	0

Fonte: SINAN (Brasil, 2023). Acesso em 21/11/2023.

Já em termos de distribuição territorial observou-se uma maior proporção do total de registros notificados na Macrorregião de Saúde da Serra (34,4%), seguida pelos Vales (19,8%), Norte (17,5%), Metropolitana (14,7%) e Missioneira (9,9%), Sul (2,2%) e Centro-Oeste (1,4%).

Identifica-se, no que tange os municípios do estado, que Caxias do Sul destacou-se como sendo o de maior número de notificações (138/14,7%), seguido por Lajeado (111/11,8%), Porto Alegre (99/10,5%) e Bento Gonçalves (47/5%). Os demais municípios totalizaram os outros 57,9% dos registros.

Mapa 3. Distribuição de notificações de agravos de MRA por municípios e macrorregiões do Rio Grande do Sul entre os anos 2021 - 2023



Fonte: SINAN (Brasil, 2023). Acesso em 21/11/2023.

Importante destacar que os números de notificações ainda não refletem a realidade de acidentes e adoecimentos relacionados aos ambientes e processos de trabalho, já que existe uma grande subnotificação em relação a essas doenças e agravos. Assim, muitas vezes,

os municípios que têm mais notificações representam uma maior sensibilização para a notificação, não sendo necessariamente maior número de doenças e agravos relacionado ao trabalho. Por isso, é essencial fomentar a notificação.

Além disso, a pandemia de COVID-19, no ano de 2020, se comparadas com em que os esforços dos profissionais de saúde foram direcionados ao controle da doença, gerou um impacto nas notificações de doenças e agravos em saúde do trabalhador (DART). As notificações, que estavam em crescimento, tiveram uma queda de 7,2% no ano de 2020, se comparadas com 2019. Já em 2021, as notificações voltaram a aumentar, sendo que 2023 teve o maior número de notificações de DART registrado em toda a série histórica. Esse aumento foi possível devido a intensificação das capacitações e sensibilização dos profissionais de saúde do estado para a notificação.

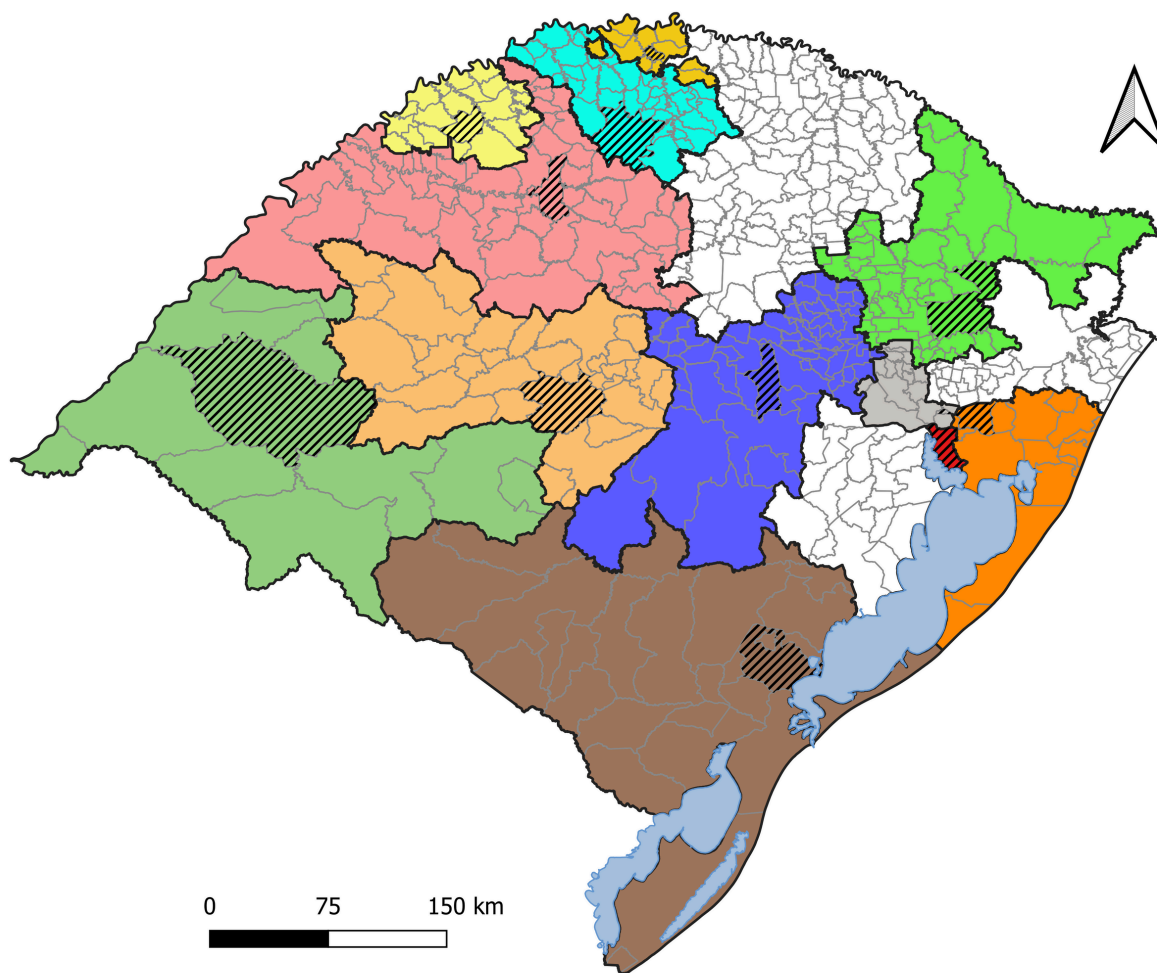
5. Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, através da Portaria GM/MS nº 1823/2012 (Brasil, 2012), definiu princípios, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento das ações de atenção integral à Saúde do Trabalhador. No RS, a promoção da atenção integral à saúde do trabalhador se dá estrategicamente através da articulação do Estado, no nível Central e nas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), com os Municípios através das Vigilâncias em Saúde do Trabalhador (VISAT) e, também, com a implantação de serviços especializados na atenção secundária nas Regiões de Saúde.

Estes serviços são os Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), que compõem a Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (RENAST) e as Unidades Especializadas Regionais em Saúde do Trabalhador (UREST). Os CEREST e as UREST realizam ações de prevenção, promoção, diagnóstico, tratamento, reabilitação aos trabalhadores (independente do vínculo empregatício e do tipo de inserção no mercado de trabalho) e vigilância nos ambientes de trabalho. Os CEREST e UREST também oferecem apoio matricial para as equipes da atenção primária, da atenção especializada e da atenção às urgências e emergências, para o desenvolvimento de ações de saúde do trabalhador.

A rede de referência especializada em Saúde do Trabalhador possui onze serviços regionais no estado (Mapa 4): CEREST Norte (sede em Palmeira das Missões), CEREST Fronteira (sede em Santa Rosa), CEREST Macro Missioneira (sede em Ijuí), CEREST Fronteira Oeste (sede em Alegrete), CEREST Centro (sede em Santa Maria), CEREST Macro Sul (sede em Pelotas), CEREST Vales (sede em Santa Cruz do Sul), CEREST Serra (sede em Caxias do Sul), CEREST Vale do Gravataí e Bons Ventos (sede em Gravataí), CEREST Ametista do Sul e o CEREST Vale do Caí e Metropolitana (sede em Esteio), recentemente habilitado. Conta também com um CEREST municipal, em Porto Alegre, e um CEREST estadual. Cerca de 149 municípios não possuem um CEREST regional ou municipal (cidades em branco no mapa 4), tendo como referência o CEREST estadual. Outros cinco CEREST já foram aprovados pelo Ministério da Saúde (MS) para serem implantados no Rio Grande do Sul.

Mapa 4 - Regionalização dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) no Rio Grande do Sul



REGIONALIZAÇÃO CEREST RS

CEREST E SEDE

- | | |
|--|--|
| ■ CEREST Oeste (Alegrete) | ■ CEREST Macrorregião Sul (Pelotas) |
| ■ CEREST Ametista do Sul (Ametista do Sul) | ■ CEREST Porto Alegre (Porto Alegre) |
| ■ CEREST Serra (Caxias do Sul) | ■ CEREST Vales (Santa Cruz do Sul) |
| ■ CEREST Vale do Caí e Metropolitana (Esteio) | ■ CEREST Centro (Santa Maria) |
| ■ CEREST Vale do Gravataí e Bons Ventos (Gravataí) | ■ CEREST Fronteira Noroeste (Santa Rosa) |
| ■ CEREST Macrorregião Missionária (Ijuí) | □ Municípios sem CEREST regional/municipal |
| ■ CEREST Macrorregião Norte (Palmeira das Missões) | ▨ Município sede |

Fonte: DVST/CEVS/RS (Rio Grande do Sul, 2024). Acesso em 12/07/2024.

O Quadro 1 apresenta os endereços dos atuais CEREST.

Quadro 1 - CEREST do Rio Grande do Sul com endereço e contato

CEREST	TIPO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	E-MAIL
CEREST Porto Alegre	Municipal	Porto Alegre	Av. Padre Cacique, 372, Praia de Belas	crst@sms.prefpoa.com.br
CEREST Serra	Regional	Caxias do Sul	Marechal Floriano, 421, Centro	cerestserra@caxias.rs.gov.br
CEREST Vales	Regional	Santa Cruz do Sul	Travessa Walter Kern, 105, Centro	coordenacao.cerestvales@gmail.com; cerest.vales@santacruz.rs.gov.br
CEREST Macrorregião Missioneira	Regional	Ijuí	R. Irmãos Gressler, 144, Centro	admin@cerestijui.com
CEREST Centro	Regional	Santa Maria	Rua Santiago do Chile, 345, Nossa Senhora das Dores	cerestcentro@gmail.com
CEREST Oeste	Regional	Alegrete	Rua Marechal Floriano, 179, Centro	oestecerest@gmail.com
CEREST Macrorregião Sul	Regional	Pelotas	R. Santiago Dantas, 235, Três Vendas	sms.cerest@gmail.com; smspelgabinete@gmail.com
CEREST Macrorregião Norte	Regional	Palmeira das Missões	Av. Nassib Nassif, 453, Loteamento Céu Azul	cerestmacronorte@hotmail.com
CEREST Fronteira Noroeste	Regional	Santa Rosa	Rua Boa Vista, 335, Centro	cerestsantarosa@fumssar.com.br
CEREST Ametista do Sul	Regional	Ametista do Sul	Rua Pedro Cadena Assunção, 339, Centro	centroemsaudedotrabalhador@gmail.com
CEREST Vale de Gravataí e Bons Ventos	Regional	Gravataí	Rua Prefeito Victor Hugo Ludwig, 235, Centro	cerest@gravatai.rs.gov.br
CEREST Vale do Caí e Metropolitana	Regional	Esteio	Travessa Mario Cutruneo, 48, Olímpica	cerest@esteio.rs.gov.br
CEREST Estadual	Estadual	Porto Alegre	Avenida Ipiranga, 5400, Jardim Botânico	trabalhador-cevs@saude.rs.gov.br

Fonte: DVST/CEVS/RS (Rio Grande do Sul, 2024). Acesso em 12/07/2024.

Os CEREST realizam ações de educação - capacitações, cursos, palestras para os profissionais de saúde, sindicatos e para a comunidade em geral - Vigilância - com a finalidade de controlar ou eliminar os riscos à saúde existentes nos locais de trabalho e Assistência em Saúde do Trabalhador - acolhimento, diagnóstico, reabilitação e tratamentos específicos.

O serviço está inserido na Rede de Atenção em Saúde (RAS) dos municípios de sua abrangência territorial. Para que o trabalhador seja acolhido no serviço, ele deve ser encaminhado pela RAS, em seus diferentes níveis de complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste boletim, objetivamos trazer um panorama geral do perfil produtivo e epidemiológico dos migrantes, refugiados, apátridas residentes no estado do Rio Grande do Sul. Por esse motivo, selecionamos uma série de dados para dar visibilidade às exposições, aos determinantes e às situações de risco para a saúde destes(as) trabalhadores(as).

Dentre os dados apresentados pode-se destacar a forte correlação, de modo geral, entre aspectos socioeconômicos, marcadores sociais e situação epidemiológica. Observamos, por exemplo, que a maioria dos registros de MRA em empregos formalizados é referente a homens. Nas demais categorias, Aprendiz, Contrato a termo firmado nos termos da Lei 9.601/1998 e Contrato de trabalho intermitente, as mulheres quase alcançam 50% dos registros, contudo, apenas 35,7% delas com CLT. De modo semelhante, a análise da remuneração por raça/cor aponta que ela é desigualmente distribuída. Migrantes pretos e pardos constituem maioria nas faixas salariais de 0 a 0,5 salário mínimo e a minoria nas faixas superiores a 2 salários mínimos. Os dados mostram ainda que as mulheres aparecem em número mais expressivo nas menores faixas salariais.

Correspondência semelhante é possível encontrar nos 938 registros de agravos relacionados ao trabalho, a preponderância da raça/cor preta e faixa-etária entre 20-34 anos, sobretudo, registros de acidente de trabalho em haitianos e venezuelanos. Sendo que a

maior proporção de registros notificados encontra-se na Macrorregião de Saúde da Serra, seguida pelos Vales, Norte, Metropolitana, Missioneira, Sul e Centro-Oeste, respectivamente.

Esses recortes, porém, não esgotam as possibilidades do presente boletim. Como é de conhecimento, tomadas de decisão são partes do processo de trabalho da gestão e governança em saúde. Decisões baseadas em um conhecimento mais preciso e próximo da realidade são potencialmente mais efetivas, pois permitem direcionar ou até mesmo corrigir rumos ou processos já estabelecidos.

Por outro lado, a não obrigatoriedade do quesito nacionalidade nos instrumentos de gestão, a incompletude de variáveis como raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual e a subnotificação são alguns dos fatores que atrapalham a qualificação das investigações epidemiológicas.

Diante dessas questões, os desafios impostos são: sensibilizar os profissionais e gestores de saúde para a importância da notificação e alcançar a qualificação dos sistemas de informações e das ferramentas que subsidiem a tomada de decisão; o presente boletim é uma dessas ferramentas. Outros instrumentos e estratégias de gestão podem ser encontrados através do endereço da [Atenção Primária SES/RS](#).



ACNUR. Revalidação de Diplomas de pessoas refugiadas: desafios e oportunidades. [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/06/Revalidacao-de-Diplomas-de-pessoas-refugiadas.-Desafios-e-oportunidades.pdf>. Acesso em 15 ago. 2024.

BARATA, Rita Barradas. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. 2aed. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009. Disponível em: [http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/desigualdades/epub/#epubcfi\(/6/4\[Pr__Textual\]!/4\[Pr__Textual\]/2\[_idContainer000\]/2/1:0\)](http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/desigualdades/epub/#epubcfi(/6/4[Pr__Textual]!/4[Pr__Textual]/2[_idContainer000]/2/1:0)). Acesso em: 16 abr. 2022.

BRASIL. Decreto No 11.864, de 27 de dezembro de 2023. [S. l.], 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.864-de-27-de-dezembro-de-2023-533866504>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Saúde da População Negra. Boletim Epidemiológico, Brasília, DF: 2023b. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim-epidemiologico-saude-da-populacao-negra-numero-especial-vol-1-out.2023/view>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Portal de Dados Abertos Polícia Federal. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/sismigra---sistema-de-registro-nacional-migratorio>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Portal de Imigração. [S. l.], 2024b. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Portaria No 1823 de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 22 jul. 2024.

IBGE. IBGE | Cidades | Rio Grande do Sul | Panorama. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 2 ago. 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-educac-o-2023.html>. Acesso em: 9 jul. 2024.

IPEA. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2023 | Carta de Conjuntura. In: 8 mar. 2024. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/03/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-quarto-trimestre-de-2023/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ROMERO, D. E. & CUNHA, C. B. DA. Avaliação da qualidade das variáveis sócio-econômicas e demográficas dos óbitos de crianças menores de um ano registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Brasil (1996/2001). *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, 2006.

UNESCO. What a waste: ensure migrants and refugees' qualifications and prior learning are recognized - UNESCO Digital Library. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366312>. Acesso em: 22 jul. 2024.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA SAÚDE